

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE ECONOMIA**

**IURI AUGUSTO REIS PULGA**

**A COPA DO MUNDO FIFA 2014 E O EMPREGO FORMAL NAS MICRORREGIÕES  
SEDES E NÃO SEDES**

**CRICIÚMA/SC  
2015**

**IURI AUGUSTO REIS PULGA**

**A COPA DO MUNDO FIFA 2014 E O EMPREGO FORMAL NAS MICRORREGIÕES  
SEDES E NÃO SEDES**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Economia, no curso de Economia, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Amauri De Souza Porto Júnior

**CRICIÚMA/SC**

**2015**

**IURI AUGUSTO REIS PULGA**

**A COPA DO MUNDO FIFA 2014 E O EMPREGO FORMAL NAS MICRORREGIÕES  
SEDES E NÃO SEDES**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Economia, no curso de Economia, da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 7 de julho de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Amauri De Souza Porto Júnior – Mestre em Economia (UNESC) - Orientador  
Kristian Madeira – Mestre em Matemática (UNESC) - Membro da Banca  
Renato Casagrande Rampinelli - Mestre em Economia (UNESC) - Membro da Banca

## **AGRADECIMENTOS**

“Por todo amparo e carinho nas inúmeras dificuldades encontradas, agradeço especialmente à minha esposa, e pelos momentos de maior cansaço e incertezas, aos abraços acalentados e revigorantes de meus filhos. Agradecimentos também ao Professor Thiago Rocha Fabris pela grande ajuda nos entraves cotidianos, ao Professor Amauri De Souza Porto Júnior pelas orientações e pela ajuda prestada, e a Professora Giovana Ilka Jacinto Salvaro pela paciência e apoio nesse trabalho.”

## RESUMO

Com os impactos negativos da crise de 2008, a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 trouxe expectativas para crescimento do nível do emprego para o País, em especial nas capitais sedes do evento. Esse presente estudo tem por finalidade coletar dados do emprego formal dos setores econômicos divididos pelos CNAE 2.0 e verificar se houve crescimento considerável em seu nível de emprego formal nas microrregiões que sediaram a Copa do Mundo FIFA 2014 e compará-las com as que não sediaram o evento, assim como em âmbito nacional. A Copa do Mundo poderia promover um impulso aos setores econômicos, trazendo possíveis benefícios e gerar empregos. Mas no caso brasileiro em que os custos dos investimentos são mais elevados por motivo de uma infraestrutura deficiente; os projetos mal elaborados sendo alguns cancelados pelo órgão regulador; os faturamentos das obras muito acima dos projetos iniciais; e os protestos e paralisações que ocorreram de forma intensa, todos esses fatores prejudicaram, de alguma forma ainda não mensurada, o nível de emprego formal. No geral, as microrregiões que **não sediaram** o evento tiveram um crescimento do emprego superior às “contempladas”, com respectivos valores de **60,2%** e 50,8%. Além disso, o teste de hipótese comprovaram esse não crescimento das “sedes”. Em suma, toda a expectativa e investimento em torno do evento não se concretizou e se mostrou nulo para o emprego formal.

**Palavras-chave:** Copa do Mundo. Emprego Formal. Microrregiões. Impactos.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)	34
Gráfico 2 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)	35
Gráfico 3 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)	37
Gráfico 4 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)	38
Gráfico 5 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)	38
Gráfico 6 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)	40
Gráfico 7 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)	41
Gráfico 8 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)	42
Gráfico 9 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)	43
Gráfico 10 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)	43
Gráfico 11 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)	44
Gráfico 12 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)	45
Gráfico 13 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)	46
Gráfico 14 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)	47
Gráfico 15 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)	48
Gráfico 16 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)	49
Gráfico 17 – Índice de Variação Microrregional em Relação ao País (2007-2014)	50

## LISTA DE ABREVIATURAS

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRE – Instituto Brasileiro de Economia  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PME – Pesquisa Mensal do Emprego  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
TCU – Tribunal de Contas da União  
Setor A - Agricultura, Pecuária, Produção florestal, Pesca e Aquicultura  
Setor B - Indústrias Extrativas  
Setor C - Indústrias de Transformação  
Setor D - Eletricidade e Gás  
Setor E - Água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação  
Setor F - Construção  
Setor G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas  
Setor H - Transporte, Armazenagem e Correio  
Setor I - Alojamento e Alimentação  
Setor J - Informação e Comunicação  
Setor K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados  
Setor L - Atividades Imobiliárias  
Setor M - Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas  
Setor N - Atividades Administrativas e Serviços Complementares  
Setor O - Administração Pública, Defesa e Seguridade Social  
Setor P - Educação  
Setor Q - Saúde Humana e Serviços Sociais  
Setor R - Artes, Cultura, Esporte e Recreação  
Setor S - Outras Atividades de Serviços

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
1.1 TEMA	12
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.3 OBJETIVOS	12
<b>1.3.1 Objetivo geral</b>	<b>12</b>
<b>1.3.2 Objetivos específicos</b>	<b>12</b>
1.4 JUSTIFICATIVA	13
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>14</b>
2.1 O EMPREGO DETERMINADO PELA DEMANDA AGREGADA	14
2.2 O COMPORTAMENTO DO EMPREGO RECENTE	15
2.3 UMA TENTATIVA DE ESTIMULAR A DEMANDA AGREGADA: COPA NO BRASIL	19
2.4 DIVERGÊNCIAS NA ESTIMATIVA DO GOVERNO FEDERAL, O PREJUDICIAL ATRASO DAS OBRAS E A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	22
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>28</b>
3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	28
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>33</b>
4.1 MICRORREGIÕES NÃO SEDES: UM DESTAQUE AO NÃO ESPERADO	33
5.2 SIMILARIDADES ENTRE SETORES	42
5.3 MICRORREGIÕES SEDES: UMA VANTAGEM POUCO EXPRESSIVA	48
5.4 OS AGREGADOS SETORIAIS MICRORREGIONAIS E UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM O PAÍS	50
5.5 ANÁLISE DO TESTE DE HIPÓTESE	52
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE A</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE C</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO 1</b>	<b>73</b>



## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, até o Governo de Getúlio Vargas, a economia era pouco influenciada pelo Estado, pelo fato da estrutura econômica do país ser principalmente direcionada para a produção e exportação do café. A crise do setor cafeeiro e a depressão de 1929 fizeram com que o país acelerasse o processo de industrialização, abrindo o interesse para o crescimento e diversificação econômica. O episódio que marca definitivamente a participação direta do governo foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, dada sua importância na infraestrutura básica.

Após a Segunda Grande Guerra, o governo se volta para a resguarda da segurança nacional, com o intuito de manter a soberania nacional, e assim “criam-se indústrias como a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Vale do Rio Doce”. (RIANI, 1997, p.18). O processo de intervenção do governo federal ganha força após o surto de industrialização dos anos 1950 e 1960, assim como a necessidade de financiamento dos novos empreendimentos, dando origem ao BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), procurando suprir a falta de recursos financeiros de um país economicamente atrasado. Com esse mecanismo houve uma ampliação do setor siderúrgico, a criação de usinas de energia (Cosipa e Usiminas) e, para o abastecimento do petróleo, a Petrobrás. As medidas tomadas e também os investimentos no setor elétrico, criação de bancos estaduais e rodovias para escoar a produção marcaram, enfim, um período novo no Brasil, com um Estado ordenador da economia, seguindo essa nova ordem mundial, guiada pelos países desenvolvidos.

Riani (1997, p. 46) afirma:

O fato é que, de uma forma ou de outra, o setor público brasileiro expandiu significativamente suas atividades além dos chamados serviços básicos de governo: saúde, educação, segurança etc. Hoje, o setor produtivo estatal é diretamente responsável pela geração de um grande número de empregos, detém significativa parcela do patrimônio líquido nacional, participa de forma ativa no volume de vendas no país e contribui direta e indiretamente para a geração dos impostos no país.

No governo militar, marcado por um período de forte intervenção estatal, além de manter a ordenação econômica vigente, ampliou os projetos em infraestrutura com o intuito de promover o crescimento econômico, impactando também no nível de emprego. Após o “milagre econômico” da década de 1970, o Brasil passou por uma

crise fiscal na década de 1980, marcada por um elevado déficit nas contas públicas e inflação elevada, com baixo crescimento do PIB, acarretando em uma estagnação econômica. Porém o emprego não foi prejudicado e conforme Amadeo (1994, p. 1) relata: “[...] o nível de emprego cresceu continuamente ao longo da década de 80 a uma taxa média de 3,5% ao ano, sendo consideravelmente superior à taxa de crescimento populacional no mesmo período [...]. Assim, a criação de postos de trabalho não foi um problema crítico, apesar do cenário econômico negativo com inflação elevada, pois a desvalorização da moeda “acentuou a desaceleração econômica, o descontrole inflacionário e o desarranjo nas contas públicas”. (MARAGONI, 2012, p. 2).

Após a implantação do Plano Real, o Brasil viveu um período de estabilidade monetária e abertura econômica, com maior flexibilidade na entrada de importados, privatizações de setores atrasados com a finalidade de adequação tecnológica, e mercado nacional voltado para as exportações, assim a concorrência do mercado externo forçou o avanço das empresas nacionais para que pudessem sobreviver. Essas políticas trouxeram uma queda no nível de emprego formal inicial, mas não pode ser caracterizado como exclusivamente resultante da implantação do Plano Real, pois é necessário considerar os fatores estruturais como a substituição do homem pela máquina, conforme explica Maragoni (2012, p. 3): “[...] o processo de substituição que se intensificou no período de vigência do Plano Real, considerando que a exposição das empresas brasileiras à concorrência internacional intensificou o processo de reestruturação do parque industrial brasileiro [...]”, isso levou a terceirização da produção, adequações das empresas nacionais e criação de novos setores, como o de telecomunicações, abrindo novos rumos no mercado de trabalho nacional.

Dos anos 2000 até o presente, a política econômica manteve a estabilidade monetária, aproveitando-se do ciclo de expansão internacional, aliando-as com taxas de câmbio favoráveis às exportações. A produção voltou-se para o mercado interno, com ênfase ao consumo, principalmente do mercado automobilístico e setores da “linha branca” (eletrodomésticos). Com essas medidas tomadas, somadas a implantação de políticas sociais, houve um crescimento no nível de emprego que, conforme os dados coletados no IPEADATA<sup>1</sup> levaram a uma redução constante na taxa de desemprego de

---

<sup>1</sup> Os dados completos da taxa de desemprego do IPEADATA no período estão no Anexo 1.

12,9% em Março de 2002; reduzindo a 10,4% em Março de 2006; 7,6% em Março de 2010; e terminando ao patamar de 5,0% em Março de 2014.

A justificativa de todas essas medidas governamentais têm por fim uma única causa: o desenvolvimento – leia-se: a criação de empregos. Apesar da intervenção do governo na economia nem sempre ser positiva, pois pode acarretar em aumento de impostos sem o retorno esperado, assim como não atender a expectativa econômica, no ano de 2007 o Governo Federal buscou impulsionar o desenvolvimento e ampliar a visibilidade internacional, fazendo um esforço para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014. A busca por este evento teve por finalidade não somente aumentar a visibilidade do Brasil perante o Mundo, mas também impulsionar setores econômicos como o turismo, serviços, comércio, indústria e agricultura, impactando assim no emprego agregado.

Após a divulgação oficial do Brasil como país sede da Copa do Mundo FIFA, em 2008, o Estado iniciou as primeiras obras para sediar o evento. Na estimativa do Ministério do Esporte, com o investimento em infraestrutura, o aumento na demanda por bens e serviços e o incremento do turismo, somados aos efeitos multiplicadores e a uma demanda futura, “[...] beneficiará a economia brasileira num impacto total de 183,2 bilhões de reais.” (BRASIL, 2010a, p. 25). Os resultados finais seriam, direta e indiretamente, na ordem de 737,8 mil novos postos de trabalho (BRASIL, 2010a, p. 32). Estes novos empregos resultariam um crescimento no consumo das famílias, permanentes e temporários, de 5 bilhões de reais (BRASIL, 2010a, p. 33). Porém com os dados atuais verificaremos posteriormente que esas expectativas estavam muito valorizadas no tocante ao emprego.

Grandes eventos, como a Copa do Mundo, trazem benefícios econômicos difíceis de estimar, pois envolvem obras de infraestrutura urbana, reforma e construção de estádios, fluxos turísticos, investimentos e divulgação internacional. Domingues (2011, p. 1) afirma que “[...] os benefícios econômicos destes eventos retratam um argumento utilizado para justificar o esforço e o gasto público para sediar tais eventos [...]”.

Desde os primeiros investimentos em infraestrutura que marcam o início das obras em 2007, até o impacto nos grandes setores econômicos ocorridos até o presente estudo, serão avaliados com base na geração de empregos formais, podendo assim mensurar seus ganhos, ou perdas, reais desses vultuosos investimentos.

## 1.1 TEMA

A geração de empregos formais no período da Copa do Mundo FIFA 2014, com análise de dados do período 2007-2014.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Com os grandes investimentos do Governo Federal para promover a Copa do Mundo no Brasil, tendo por uma das finalidades o crescimento do emprego no País, há a necessidade de responder a indagação: Houve aumento significativo no nível de empregos formais durante o período 2007-2014 nas microrregiões que abrigaram os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, em relação às que não sediaram os jogos? Qual o impacto na geração de empregos formais relativos à Copa do Mundo FIFA? Foi positivo ou o nível de emprego apenas seguiu o fluxo econômico?

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo geral

Verificar o impacto na geração de empregos formais durante a Copa do Mundo FIFA 2014, com análise dos dados do período 2007-2014.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- Entender o impacto no nível de emprego nas microrregiões que sediaram os jogos e nas que não sediaram;
- Verificar se o impacto geral no emprego foi positivo nas microrregiões que sediaram os jogos em comparação com as que não sediaram.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

A justificativa para esse presente estudo tem por cunho verificar se toda a expectativa gerada em torno da Copa do Mundo realmente gerou empregos permanentes para população e não apenas temporários. Apesar dos ganhos supostos dos investimentos em infraestrutura, dando base para uma possível expansão econômica, impactando assim o nível de emprego, esses gastos já estavam previstos pelo Governo Federal, como em programas previstos como o PAC 1 e PAC 2, então, assim, não haveria necessidade de sediar a Copa do Mundo, apesar da visibilidade positiva da imagem transmitida para o mundo. Nos dados do Ministério do Esporte, a estimativa dos impactos econômicos será positiva no país, porém muitos setores sofreram pouca ou nenhuma influência no tocante ao emprego.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 O EMPREGO DETERMINADO PELA DEMANDA AGREGADA

Entre as variáveis estudadas na Teoria Macroeconômica a chave para entender os agregados econômicos é o emprego. As questões relevantes do cotidiano econômico levam as políticas adotadas a tomar um rumo a tentando explicar o porquê, em certos momentos, apenas 3% da força de trabalho está desempregada e em outras atinge 8%. Tanto os investimentos, gastos e incentivos do governo têm, por fim, maximizar o nível de demanda agregada, buscando alcançar assim o pleno emprego desejado. Como Shapiro (1980, p. 18) afirma: “[...] o bem-estar material de uma nação será tanto maior quanto mais próxima a economia estiver do *pleno emprego* de seus recursos totais [...]”. Na teoria Keynesiana, em suma, o determinante do produto e emprego é a demanda agregada. Se o seu nível for adequado para o pleno emprego e os obstáculos como mobilidade de mão de obra e desemprego estrutural superados, encontramos na economia um determinado gasto agregado que, ao nível de preço resultante, é exatamente aquele requerido para alcançar o nível de produto que proporciona esse emprego desejado para a força de trabalho. (SHAPIRO, 1980).

Em relação a esse pleno emprego estão as variáveis que o determinam. Dentre as variáveis estão os elementos externos como: expansão da demanda agregada, evoluções tecnológicas, políticas de distribuição de renda, grau de internacionalização da produção e inserção econômica mundial, entre outros, estes em união aos elementos internos do mercado de trabalho como: qualificação da mão de obra, custo dos contratos de trabalho e proteção social e trabalhista, trazem impactos na geração de empregos formais e informais. Esses elementos externos e internos são considerados, respectivamente, variáveis exógenas e endógenas ao funcionamento do mercado de trabalho. (POCHMANN, 2008). No primeiro, o emprego diretamente dependente da dinâmica mais geral da economia, assumindo maior relevância na explicação do desemprego e no seu tratamento, ou seja, depende do ambiente macroeconômico inserido. Já o segundo, em um ambiente mais microeconômico, com as bases de decisões autônomas por parte dos atores locais (regionais), onde a relação empregado/empregador são mais estreita, assim como as regulamentações Estatuais específicas (“guerra fiscal”), é onde se determina o emprego, calcado no produto e na

renda local. Conforme afirma Amaral Filho (2010, p. 223) “[...] a capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região [...] tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região definido dentro de um modelo de desenvolvimento regional [...]”.

Dessa forma, as duas variáveis se unem para determinar o nível de emprego na economia, sendo ambas de suma importância. Atualmente “[...] com a globalização financeira e produtiva, uma maior influência do Estado na economia, e as inovações tecnológicas,” (POCHMANN, 2008, p.11), as variáveis exógenas acabam influenciando ainda mais no mercado de trabalho, principalmente por causa das políticas públicas adotadas. Porém essas políticas de expansão do emprego, com base no estímulo da demanda, podem prejudicar a economia futura, pois como afirma Macedo (1994, p. 26) “[...] já as políticas de demanda, na tentativa de aumentar o emprego, o que exige aumento do nível de preços e a diminuição do salário real, tenderiam a gerar um processo de instabilidade inflacionária [...]”.

## 2.2 O COMPORTAMENTO DO EMPREGO RECENTE

Após a implantação do Plano Real, entre 1994 e 1997, houve um movimento de abertura econômica, para uma reestruturação produtiva, registrando importante recuperação doméstica, “[...] estimada em 23,4%, enquanto o emprego formal apresentou redução de 1,4%”. (POCHMANN, 2008, p. 13). Com a expansão da economia promovida pela ampliação das importações e do investimento externo houve aumento do consumo no país, desacompanhado de maior produção, por parte da atualização forçada das empresas nacionais que estavam atrasadas em relação ao mundo. Conseqüentemente, a geração de emprego foi de volume insuficiente para diminuir a taxa de desemprego.

No período compreendido entre 1998 e 1999, “[...] o nível de emprego sofreu com a queda da produção interna (1,6%) e o conjunto das atividades econômicas fez com que o emprego formal obtivesse perda de 3,1%.” (POCHMANN, 2008, p.13). No fim do período com a mudança no regime cambial com uma desvalorização do real, o nível de emprego começou a registrar um movimento menos desfavorável ao trabalhador. Outro fator que pode explicar esses movimentos é o crescimento da força de trabalho durante a década de 1990, em função do elevado crescimento

populacional, apresentando melhora a partir do ano 2000. Santos (2013, p.2) afirma:

[...] a força de trabalho no Brasil apresentou um crescimento acentuado nos anos 90 em função do elevado crescimento populacional. A taxa de natalidade foi elevada no Brasil até os anos 90 e a taxa de mortalidade diminuiu por muitos anos, explicando parte do crescimento populacional. O crescimento mais moderado da força de trabalho nos anos 2000 contribuiu para a redução do desemprego.

Com essa redução da taxa de natalidade e a ampliação da reestruturação produtiva, em conjunto ao saldo da balança comercial, elevou o nível geral de emprego no ano 2000, estendendo-se até 2008, onde houve ruptura por causa da crise. Conforme Santos (2013, p. 2) informa que “[...] no final dos anos 2000, o desemprego no Brasil havia diminuído sensivelmente e se encontrava abaixo da média mundial [...] A crise econômica de 2008/09 é um dos principais responsáveis pelo aumento do desemprego [...]”. No período, mesmo com “[...] a redução dos investimentos por parte do setor público e a insuficiência do setor privado para elevá-lo, a taxa de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) manteve-se estável, com uma queda em 2003”, (POCHMANN, 2008, p.12), recuperando-se logo após. Mesmo com isso, o emprego mostrou sinais de recuperação, conforme Paiva (2007, p. 25) relata que “[...] mesmo em um cenário de baixo crescimento do PIB [...] os indicadores de “formalização” ou “estruturação” da força de trabalho mostraram desempenho positivo [...]”.

Sobre a crise econômica que iniciou em 2008, as contratações amparadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), indicam que “[...] entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009 houve queda de emprego de 6% na indústria de transformação e de 4,7% na construção civil [...]”. Em outros setores de atividade a indicação é de que o nível de emprego de 2009, comparado com de 2008, é praticamente o mesmo no comércio e na prestação de serviços. Para o total das atividades da economia, o emprego celetista teria diminuído 2,3% entre setembro de 2008 e fevereiro 2009 (MORETTO, 2010). As regiões metropolitanas seguiram o mesmo fluxo, com elevação do desemprego em 2009. A queda foi mais sentida pelos grandes centros, onde relata Santos (2013, p. 3) comentando que “[...] o aumento do desemprego em 2009 foi tão grande quanto a redução do desemprego entre 2001 e 2008, fazendo com que a redução do desemprego no período 2001 a 2009 fosse próximo de zero [...]”.



Mesmo com condições adversas impostas pela crise financeira internacional de 2008, o ano de 2010 foi o período em que a economia, assim como o emprego, demonstrou sinal de recuperação. Em termos setoriais, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): “[...] verificou-se uma expansão do emprego quase generalizada, com sete dos oito setores de atividade econômica evidenciando elevação do contingente de trabalhadores em 2010”. (BRASIL, 2010b, p.1). Segundo o mesmo órgão, em números absolutos o incremento ficou “[...] por conta do setor Serviços com 1,02 milhão de postos, seguido pelo Comércio, com a geração de 612 mil novas vagas, e pela Indústria de Transformação, com a criação de 544 mil postos”. (BRASIL, 2010b, p.1). No ano seguinte, as taxas de desemprego continuaram a cair, mas o desemprego aberto continua elevado para algumas faixas etárias. Sobre a qualidade das ocupações, observou-se “[...] o contínuo movimento de formalização: a criação líquida de vagas ocorreu apenas nas menores faixas salariais”. (IBRE, 2012, p. 26). Contrapondo-se à desaceleração da economia brasileira, onde o PIB não apresentou crescimento considerável e o IPCA ficou acima do teto estipulado (BRASIL, 2012), houve continuidade do aumento do nível de emprego e da massa salarial, reduzindo a taxa de desemprego, com os indicadores destacando que “[...] a diminuição da taxa de desemprego que registrou em dezembro seu menor valor desde a implementação da metodologia atual da PME em 2002, em 4,7%”. (BRASIL, 2012, p. 16).

Nos dois anos seguintes, o emprego manteve certa tendência e similaridade com o movimento verificado em 2010 e 2011. Em 2012, “a variação do estoque de empregos apresentou uma desaceleração em relação aos anos imediatamente anteriores, já em 2013, o crescimento dos empregos formais foi ligeiramente maior em 3,1%”. (DIEESE, 2013, p. 3). Ainda com base nessa referência, o Dieese destacou que o crescimento do estoque de empregos formais em 2012 e 2013, superou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que fora de 1,0%, em 2012, e 2,5% em 2013, porém esse crescimento não foi significativo, conforme o Dieese (2013, p. 4) complementa “A distribuição do estoque de empregos formais entre as grandes regiões e Unidades da Federação não apresentou alterações significativas, entre 2012 e 2013 [...]”. Apesar de esses dois anos terem certas regularidades, o mesmo não ocorreu com os empregos diretamente ligados à Copa. Como o prazo estipulado pela Fifa para a conclusão das obras dos estádios era até 31 de dezembro de 2012, neste período de

elaboração dos projetos de realização das obras, houve uma “[...] pressão para que as obras atendessem aos cronogramas foi grande, impactando diretamente os trabalhadores destes empreendimentos ... com registro de 20 mobilizações, paralisações e greves”. (DIEESE, 2014, p. 6). Dessa forma, os indicadores de crescimento do emprego formal nas capitais que sediaram a Copa foram prejudicados. Algumas reivindicações incluíam pelo menos um dos seguintes aspectos: “[...] aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho, aumento do pagamento para horas extras, fim do acúmulo de tarefas e de jornadas de trabalho desumanamente prolongadas, assim como concessão de benefícios”. (DIEESE, 2014, p. 7).

Durante o ano de realização do evento esperado, a Copa do Mundo trouxe notícias ruins para o país não só em relação ao que aconteceu com a seleção brasileira nos gramados, mas, também, quanto aos impactos sobre o nível de atividade da economia. Segundo o relatório de conjuntura e análise do MTE o ano de 2014 encerrou com um quadro de estagnação da atividade econômica, combinado à persistência de pressões inflacionárias, com “[...] o PIB brasileiro no último ano manteve-se praticamente estável em relação ao ano anterior (2013), com variação positiva de 0,1%, pior resultado desde 2009”. (BRASIL, 2015, p. 11). Os indicadores de atividade econômica, nos primeiros meses de 2014, reforçaram a tendência de baixo dinamismo do nível de atividade presente desde o segundo semestre do ano passado. O mesmo órgão complementa que “O cenário econômico não muito favorável parece ter afetado o comportamento dos agentes no mercado de trabalho, tanto pelo lado da demanda, como pelo lado da oferta”. (BRASIL, 2014a, p. 11). A preocupação desse comportamento dos agentes também foi demonstrado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE, 2014, p.1) “[...] com o futuro próximo apoiam-se também nos resultados de nossas sondagens, que apontam para níveis de confiança empresarial no menor patamar desde o segundo trimestre do ano de crise de 2009 [...]”. Isso acabou influenciando no emprego, pois a comparação anual o mercado de trabalho apresentou uma dinâmica diferenciada entre indicadores atrelados à dimensão dos postos de trabalho. Pode-se verificar que “[...] o nível de ocupação se mantém estagnado em relação a 2013, e que a queda registrada no desemprego se deve fundamentalmente a uma menor participação da força de trabalho”. (BRASIL, 2014a, p. 7). Além disso, o mercado de trabalho apresentou divergências entre indicadores, já que “O CAGED teve o pior resultado para o mês de junho desde 1998, e o pior de julho desde 1999”. (IBRE,

2014, p.3); e os resultados da PME, restritos a quatro regiões metropolitanas, mostram, em junho e julho, a menor taxa de desemprego da série histórica, com 4,5% (IBRE, 2014).

### 2.3 UMA TENTATIVA DE ESTIMULAR A DEMANDA AGREGADA: COPA NO BRASIL

O documento publicado pelo Núcleo do Partido dos Trabalhadores (PT), intitulado de Cartilha Final (2014) afirmava que empregar a força de trabalho e expandir a demanda agregada, com base no consumo, foi uma das metas do Governo Federal durante o período 2007-2014. A política de intervenção estatal, como a redução do IPI para o setor automobilístico e para “linha branca”, ditando o rumo da economia brasileira, impactou de forma positiva o emprego no país, reduzindo o desemprego<sup>2</sup>, apesar da contradição afirmada de Macedo (1994, p.27), que “[...] as políticas de demanda, na tentativa de aumentar o emprego, o que exige o aumento do nível de preços e a diminuição do salário real, tenderiam a gerar um processo de instabilidade inflacionária [...]”.

Para tentar expandir essa demanda, o Governo Federal promoveu uma estratégia para atração de investimentos e maior visibilidade internacional, com a candidatura de país sede da Copa do Mundo de Futebol. A confirmação oficial do Comitê Executivo da FIFA, em 2007, trouxe expectativas e possibilidades de corroborar com esse almejado crescimento. Uma oportunidade para catalisar planos de investimentos que tenham por objetivo melhorar a infraestrutura e podem trazer benefícios para as condições de vida da sociedade.

A Copa do Mundo, um megaevento esportivo que exige grande organização, é uma contribuição importante para estimular o crescimento econômico em razão dos investimentos que mobiliza e dos efeitos nas diversas cadeias produtivas, ao qual poderá influenciar no emprego. Doze cidades: “Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Manaus, Natal e Recife; foram escolhidas como sede da Copa do Mundo de 2014 no Brasil”. (DIEESE, 2012. p 2).

---

<sup>2</sup> Anexo I: **Tabela da taxa de desemprego do período 2002-2014** (IPEADATA, 20002-2014).

Nas grandes obras de infraestrutura realizadas do país, especificamente nas de construção e reforma de estádios e de rodovias, a maioria dos trabalhadores tem relação de trabalho com empresas da construção e consórcios contratantes. Em 2007, quando o Brasil foi oficialmente escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014, o prazo estipulado pela Fifa para a conclusão das obras dos estádios era até 31 de dezembro de 2012 (DIEESE, 2012). Neste período de elaboração dos projetos e de realização das obras, a pressão para que as obras atendessem aos cronogramas determinados pela Fifa foi grande, impactando diretamente os trabalhadores destes empreendimentos. Porém no caso brasileiro, os empregos gerados serão, na maioria, em micro e pequenas empresas. Os setores, estimados pelo DIEESE (2012, p.3), que deverão ser mais impactados no contexto geral da Copa são: “construção civil, alimentação e bebidas, serviços prestados a empresas, eletricidade, água, esgoto, gás, limpeza urbana, serviços de informação, turismo e hotelaria”. Além disso, “parte significativa das despesas de consumo dos turistas, atraídos pelo evento, deve ser distribuída no setor de comércio e serviços, nos quais se destacam: hotéis, alimentação, compras, transportes, cultura e lazer, comunicações e, em menor intensidade, serviços médicos e jurídicos.” (DIEESE, 2012, p. 3).

Ainda sobre o mercado de trabalho, durante a fase de construção, com os investimentos e eventos da Copa, segundo o DIEESE (2012, p. 7): “[...] haverá aumento dos empregos temporários e incremento nos postos de trabalho permanentes, que pode gerar um aumento da procura por ocupação, significando expansão da população economicamente ativa [...]”. Já num segundo momento, após a execução da Copa do Mundo FIFA, haverá o fim dos empregos temporários gerados pela construção das obras e pelos eventos e a manutenção dos postos permanentes criados com a construção e manutenção dos estádios, arenas, hotéis, pousadas e outras instalações (DIEESE, 2012). Assim, uma acomodação no mercado de trabalho metropolitano de cada cidade sede, o que reduzirá o volume de ocupados.

Essas ferramentas utilizadas e estimadas para elevar a demanda acarretariam impactos econômicos diretos e indiretos. Os dados oficiais do Ministério do Esporte (BRASIL, 2010, p. 1) por meio de consultoria contratada da empresa Value Partners Brasil Ltda, “estimou que esses impactos poderiam chegar a R\$ 183,2 bilhões”. Os benefícios econômicos diretos, já considerando os efeitos de importações, foram contabilizadas em cada uma das variáveis de cálculo do PIB estimando os efeitos:

“investimentos em infraestrutura: 33 bilhões; turismo R\$ 9,4 bilhões; aumento do consumo das famílias R\$ 5 bilhões; tributos arrecadados R\$ 16,8 bilhões; e o mais importante dado para o estudo é de **330 mil empregos permanentes e 380 mil empregos temporários**”. (BRASIL, 2010, p. 6). Dos empregos permanentes estimados, “32% são destinados ao setor de serviços, 16% aos Estádios, 18% aos aeroportos, e 33% a mobilidade em infraestrutura. Já dos empregos temporários 92% destinados ao hotéis e restaurantes, e 8% ao lazer”. (BRASIL, 2010, p. 6).

Das informações acima, o estudo citado ainda fez um comparativo com os outros países que sediaram a Copa do Mundo FIFA, dentre eles a Alemanha (2006) e a África do Sul (2010), tomando como referências que o primeiro gerou 50 mil postos permanentes e o segundo 159 mil permanentes e 350 mil temporários. Ou seja, a estimativa no Governo Federal era de ter um ganho absoluto 282 mil novos empregos, em comparação com a Alemanha, e de 173 mil em comparação com a África do Sul. Assim, o Governo espera obter não somente ganhos econômicos, mas também no mercado de trabalho. Durante uma entrevista em um artigo de jornal, o ministro Aldo Rebelo enfatizou, de uma forma ainda mais otimista porém vaga, sobre o legado da Copa:

Depois da Copa, os brasileiros vão seguir usufruindo dos empregos gerados neste período e vivendo em cidades melhores. O país vai se beneficiar de novos negócios, do aumento na arrecadação de impostos. E passaremos a ser vistos não apenas como exportadores de craques, mas como capazes de fornecer, também, serviços futebolísticos ... os críticos fecham os olhos aos empregos conquistados pelos brasileiros nas obras ligadas diretamente à preparação do país para a Copa. (REBELO, 2014, p. 12)

Do estudo da consultoria contratada, o agregado do crescimento do emprego promoveria um saldo positivo no consumo das famílias, com um incremento na receita total dos novos empregados de: R\$ 6,78 bilhões nos permanentes e R\$ 1,59 bilhão nos temporários, e o consumo seria, respectivamente, de R\$ 4,5 bilhões e R\$ 0,95 bilhões, totalizando um consumo das famílias de 5,0 bilhões de reais. Em suma, o Ministério do Esporte (BRASIL, 2010, p. 2) estima que “[...] Investimentos em infraestrutura influenciam nos impactos diretos, já que além de diretamente contabilizada no PIB são investimentos com alto potencial de geração de empregos, tributos e grande importância [...]”.

## 2.4 DIVERGÊNCIAS NA ESTIMATIVA DO GOVERNO FEDERAL, O PREJUDICIAL ATRASO DAS OBRAS E A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A forma mais utilizada de estudar os impactos de eventos esportivos é a análise da matriz insumo-produto<sup>3</sup>, no qual mostra a entrada de insumos (fatores de produção) em face da saída e geração de produtos (bens e serviços finais), estimando os efeitos diretos e indiretos na economia. Elas são construídas a partir dos dados oriundos das Contas Nacionais do Brasil. Envolvem uma etapa de elaboração da tabela de recursos, na qual dos fatores de produção e a sua utilização geram dados sobre oferta e demanda intermediária. Porém Domingues (2011, p. 410) considera “[...] que os efeitos multiplicadores obtidos superestimam os efeitos reais, pois a metodologia utiliza hipóteses de oferta ilimitada de fatores de produção, não lida com os efeitos de substituição nem custos de oportunidade [...]”. Além disso, como os multiplicadores estão baseados numa estrutura de produção vigente na economia, “[...] ele não capta as mudanças que a realização do evento esportivo pode provocar nas relações produtivas.” (DOMINGUES, 2011, p. 411), desse modo, os efeitos econômicos são difíceis de estimar e sua comprovação necessita de um estudo pós-evento.

Apesar das estimativas já citadas serem promissoras sobre as expectativas econômicas, elas nem sempre resultam conforme o otimismo esperado. Brenke e Wagner (2006, p. 42), ao analisarem os efeitos da Copa do Mundo na Alemanha constataram que “[...] as expectativas estavam sobrevalorizadas, de forma que os empregos adicionais eram somente temporários e os custos de infraestrutura e a promoção da Copa-2006 foram significativos. Os principais beneficiários foram a FIFA e a German Football Association (DFB) [...]”. Os benefícios aos órgãos organizadores foram comprovados com informações atuais, onde no Brasil a arrecadação da FIFA obteve o maior lucro entre todos os eventos já organizados, onde “[...] bateu recorde histórico de **2 bilhões de dólares**, e em comparação aos outros países sedes, em 2006 quando a Alemanha foi sede da Copa, foram arrecadados US\$ 749 milhões”. (FORBES, 2015, p.1). Outro pico da organização foi na Copa de 2010, na África do Sul, “[...] quando a Fifa conseguiu mais de US\$ 1 bilhão”. (FORBES, 2015, p.1). Não

---

<sup>3</sup> Sobre a análise insumo-produto, ver documento publicado pelo IBGE: **Matriz de insumo-produto: Brasil 2000/2005**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/matrizinsumo\\_produto/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/matrizinsumo_produto/)>. Acesso em: Out 2014.

somente a FIFA como instituição, mas seus dirigentes e inclusive o ex-presidente da CBF foram beneficiados com a Copa do Mundo sediada no Brasil. Recentemente foram “presos sete oficiais da FIFA, acusados de corrupção [...] Os suspeitos supostamente aceitaram propinas no valor de US\$ 100 milhões nos últimos 20 anos [...] entre os presos está José Maria Marin, ex-presidente da CBF”. (FORBES, 2015, p.1).

No Brasil, onde os gastos foram quase todos públicos e onde a FIFA recebeu milhões em isenções fiscais, é possível que a parcela do faturamento, que vire lucro, seja ainda maior, pois a exemplo disso são as diversas formas de isenção fiscal que têm sido disciplinadas como: “[...] a intenção da Fifa em suspender parte do Estatuto do Torcedor, do Estatuto do Idoso e do Código de Defesa do Consumidor [...]”. (DIEESE, 2014, p. 6); ou a proposta de responsabilizar a União amplamente por “todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos eventos”. (DIEESE, 2014, p. 6). O projeto aprovado dá amplos poderes a Fifa, inclusive para determinar o preço e as regras de compra e venda dos ingressos. Esses são apenas alguns pontos negativos da realização do evento, sendo que os outros veremos a seguir.

O atraso na execução das obras, assim como a corrupção, prejudicam as estimativas positivas. Em 2013, o Tribunal de Contas da União (TCU) cortou metade dos projetos urbanos previstos, arquivando-os pelo fato que não estariam prontas a tempo, informando no relatório que “[...] é forçoso concluir pela baixa execução dos projetos de mobilidade urbanas planejadas pelos entes públicos [...] 50% dos projetos previstos na Matriz de Responsabilidades da Copa foram excluídos [...] (BRASIL, 2013, p. 22)”. Além disso, na mesma referência, o Acórdão nº TC 009.205/2013-6 aponta “a existência de indícios de irregularidades”. Diversas medidas preventivas foram tomadas pelo órgão, porém alguns Ministérios demonstraram insensibilidade às ordens e orientações. No Acórdão nº 1592/2011 – Plenário – TC 023.291/2010-9 acusava: “[...] ausência de definição, até o momento, de qual seria o conjunto de obras consideradas essenciais à realização da Copa do Mundo de 2014 [...]”, para as quais “[...] não se aplicam os limites de autorização de financiamentos a Estados, Distrito Federal e Municípios”. (BRASIL, 2013, p. 20). Outro dado que demonstra descaso era a falta de critérios adotados para definir as obras, onde o mesmo Acórdão informava, “[...] a necessidade de estabelecer critérios objetivos para identificar quais obras devem ser consideradas como obras da Copa do Mundo de 2014, recomendando-se que esse

critério esteja diretamente relacionado à previsão dessas obras [...]”. Isso já era no final de 2013, onde deveriam estar pronta a maioria das obras destinadas à Copa do Mundo. No ano de realização do evento, algumas obras sequer avançaram, como informa os dados TCU: “quanto às Ações de Responsabilidade da Telebrás há cidades-sede com baixo percentual de realização do orçamento comprometido: Cuiabá (2%); Manaus (0%); Natal (54%); Porto Alegre (48%); e São Paulo (28%)”. (BRASIL, 2014c, p. 189). Por fim, a conclusão do relatório do TCU acusa:

Por fim, é forçoso concluir que o Ministério das Cidades e o Ministério do Esporte não dispõem, ou se dispõem, não encaminharam ao Tribunal de Contas, informação atualizada quanto ao percentual de execução dos empreendimentos e respectivos contratos da Copa do Mundo de 2014. (BRASIL, 2014c, p. 198)

A falta desses critérios para definição das obras, assim como os atrasos parecem ser propositais. Como regime de contratação para aquisição de bens é via licitação<sup>4</sup>, onde os produtos cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações do mercado, Krawczyk (2012, p. 1) afirma que “[...] para a Licitação da Lei nº 8.666/93, bens são os produtos de maior complexidade, ou seja, que exigem maior conhecimento ou dependem de exame técnico [...]”. Na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, as contratações são via edital, sendo determinada a apresentação detalhada do orçamento para os interessados, com prazos estipulados, transparência nos processos, assim como melhores preços definidos pelo mercado. Assim, “[...] com prevê a aplicação tão somente da licitação de tipo menor preço, que define como vencedor o licitante que apresente a proposta mais vantajosa para a Administração Pública”. (KRAWCZYK 2012, p. 2). Desse modo, as negociações ficam “amarradas” à legislação e mais difíceis de serem burladas. Para resolver o problema dos atrasos, o Governo Federal instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aprovado pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Nesse Regime, o critério adotado é completamente distinto de tudo até então regrado. Há várias “inovações” na Lei. Transparece implicitamente que os bens mencionados serão aqueles produtos de interesse para a Administração Pública que possam ser empregados nas obras de infraestrutura dos eventos

---

<sup>4</sup> Para saber a definição e o princípio de Licitação, sugiro a leitura do Art. 3º, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993.



esportivos. “[...] Na hipótese de não constar do instrumento convocatório, o orçamento adquire caráter sigiloso, ficando apenas acessível para os órgãos de controle interno e externo da Administração Pública”. (BRASIL, 2011, p. 2). Além disso Sartori (2014, p.1) afirma sobre as “inovações” que “[...] há novos critérios de julgamento, dentre estes o "melhor conteúdo artístico" e o "maior retorno econômico [...]”, e ainda complementa com “[...] a possibilidade de contratação de mais de uma empresa para execução de um mesmo objeto, a fim de que se maximize a eficiência da prestação ao Estado [...]”. São inovações bastante subjetivas, preocupantes para os contribuintes, pois Sartori (2014, p. 1) finaliza: “[...] a possível aprovação do RDC, específico para contratos e licitações da Copa e das Olimpíadas, agilizará alguns processos licitatórios, mas a que custo se não há transparência? [...] por que manter o sigilo mesmo depois de encerrado o processo licitatório [...]”. O atraso na execução das obras parecem se unir com a falta de transparência, assim como com as irregularidades já mencionadas. Para opor de forma mais contundente e mostrar a culpa proposital do Governo Federal, Krawczyk (2012, p. 2) conclui:

Contudo, deriva do seu histórico o entendimento contraposto de que a lei de contratação pública diferenciada é fruto de uma omissão político-administrativa. Mediante a inércia governamental ocorrida por considerável lapso de tempo, desde a escolha do Brasil como sede da realização dos jogos, seria inviável a execução das obras e contratações sob o molde da “missa solemnis” rezada ao longo de toda a Lei 8.666/93.

Em outubro de 2007, antes mesmo de o Brasil ser anunciado como sede da Copa do Mundo de 2014, a FIFA e a CBF fizeram um levantamento técnico que apontava o custo de reforma e construção de estádios girando em torno de **1,9 bilhão de reais**, ou 2,8 bilhões de reais corrigidos pelo IPCA (CHADE, 2014, p. 1). Quase sete anos depois, o custo total das obras publicado oficialmente pelo TCU passou para **8,282 bilhões de reais** (BRASIL, 2014c, p.1), sendo o valor três vezes maior que o da primeira previsão. Isso é equivalente ao que a Alemanha e África do Sul gastaram em duas copas do mundo juntas. Isso é reflexo da obscura Lei que aprova o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Outro fator que influencia contra a Copa do Mundo é que os investimentos em infraestrutura em países em desenvolvimento, sedes de copas como a África do Sul e o Brasil, têm um custo de capital e de trabalho mais elevado, em comparação com países mais desenvolvidos como a Alemanha. Domingues (2011, p. 412) afirma que “[...] o custo do capital é maior em países em desenvolvimento, ou seja, dinheiro gasto no

evento representa dinheiro não gasto em outras áreas, tal como no sistema de saúde [...]”. Mas em contrapartida, uma infraestrutura deficiente que restringe o crescimento econômico, quando revitalizada em virtude da Copa, pode produzir uma redução no custo e fornecer um impulso de produtividade à própria economia.

Um aspecto que se funde com o custo do capital é o financiamento dos investimentos requeridos pelo evento com os recursos públicos, podendo gerar elevação da dívida pública, como Domingues (2011, p. 412) relata: “[...] somente em 2006, após 30 anos da realização dos Jogos Olímpicos, a cidade de Montreal conseguiu sanar uma dívida de R\$ 2,8 bilhões [...]”. Outro problema com a dívida pública está na manutenção dos estádios construídos para a Copa. A Copa do Mundo sedia no Japão e na Coréia do Sul, em 2002, deixou grandes prejuízos para o primeiro país, sendo que “[...] o país não teve um planejamento estratégico para a utilização dos estádios após o evento e os custos de manutenção tem ocasionado prejuízo de cerca de U\$ 5 milhões por ano ao governo japonês”. (DIEESE, 2012, p. 4).

No Brasil, há uma preocupação que isso ocorra com as arenas construídas, criando “elefantes brancos”, como por exemplo em Manaus, Cuiabá e Brasília. “[...] a falta de planejamento após o evento pode provocar subutilização das infraestruturas construídas e produzir alto custo de manutenção [...]”. (DOMINGUES, 2011, p. 412). Como já vimos anteriormente, um bom planejamento não é uma característica que se aplica aos entes federais ligados à organização da Copa do Mundo FIFA 2014.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada de forma exploratória, documental, com dados secundários, de forma quantitativa, ao qual estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses. Essa pesquisa teve por finalidade desenvolver um estudo estatístico, com base na geração de empregos formais durante a Copa do Mundo FIFA 2014, no período entre 2007 e 2014, sediada no Brasil, e compará-lo com as estimativas projetadas pelo Governo Federal, verificando assim se as expectativas em torno do evento realmente foram concretizadas.

#### **3.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS**

O presente estudo se constitui com informações oficiais semestrais dos 19 setores do CNAE 2.0, entre todas as microrregiões das capitais federais, tendo por início o 1º semestre de 2007, ano no qual foi oficializado, pelo Comitê Executivo da FIFA, o Brasil como país sede da Copa do Mundo, e tendo por fim temporal desse estudo o 2º semestre de 2014. Com a oficialização do Comitê Executivo da FIFA, iniciou-se uma “corrida” concorrencial entre as capitais brasileiras para realizar os jogos e receber os futuros turistas. As capitais vencedoras foram: Belo Horizonte (MG); Brasília (DF); Cuiabá (MT); Curitiba (PR); Fortaleza (CE); Manaus (AM); Natal (RN); Porto Alegre (RS); Recife (PE); Rio de Janeiro (RJ); Salvador (BA); e São Paulo (SP). Com os dados das capitais escolhidas, denominadas nesse estudo de “sedes”, foi efetuado uma análise comparativa com as outras capitais restantes onde não foram sediados os jogos da Copa do Mundo, estas denominadas “não sedes”. Sendo elas compreendidas entre todas as capitais nacionais, exceto as “sedes”. Assim foi possível averiguar se as capitais “sedes” obtiveram impacto real e positivo em comparação às “não sedes”.

Como as cidades vizinhas às capitais são impactadas diretamente ao eventos, mesmo se forem os impactos poucos significativos, houve a necessidade de coletar os dados do emprego não somente às capitais e sim em suas microrregiões, sendo essas definidas pelo IBGE como pelas relações em nível local, com a interação entre as áreas de produção, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.

(IBGE, 1990). Dessa forma utilizou-se os dados relativos ao emprego das microrregiões vinculadas às capitais “sedes” e “não sedes”.

Na pesquisa documental, utiliza-se o processo de coleta de dados, com análise quantitativa. Do nível de emprego gerado nas microrregiões brasileiras serão coletados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), com os setores demarcados pelo CNAE 2.0/Seção. Com as informações postas, um cruzamento dos dados entre as microrregiões “sedes” e as “não sedes” permitirá verificar se houve impactos positivos ou negativos na esfera econômica.

O primeiro índice representa a porcentagem da microrregião  $j$  dentro da atividade do setor  $i$ . Utilizada para avaliar o índice de crescimento entre a atividade do setorial e as cidades, observaremos a porcentagem da distribuição setorial, conforme a equação:

$$P_{ij} = \frac{V_{ij}}{\sum_i V_{ij}} \quad \text{onde, } V = \text{variável estudada (emprego), } i = \text{setor e } j = \text{cidade} \quad (1)$$

Utilizando a equação acima, multiplicada por 100 (cem), calculou-se a “ taxa de participação dessas atividades, para observar a distribuição regional e regional do setor ou a concentração absoluta.” (BOISIER, 1980, p. 201).

Seguindo o mesmo raciocínio foi avaliada a dinâmica do emprego, aferindo o crescimento do emprego de acordo com Índice de Variação Setorial, ao qual informou o quanto o setor cresceu no semestre avaliado em comparação ao semestre anterior. De mesma forma utiliza-se para comparar o crescimento microrregional com o crescimento em relação ao País. Ambas com base nas equações:

• **Índice de Variação Microrregional (Vm)**

$$Vm = \frac{\sum_i V_{ij}(t)}{\sum_i V_{ij}(0)} \quad \text{onde, } \sum_i = \text{Somatório do emprego por setor} \quad (2)$$

$V =$  variável estudada (emprego),  $i =$  setor,  $j =$  microrregiões

• **Índice de Variação Microrregional em Relação ao País (Vrp):**

$$Vrp = \frac{\sum_j V_{ij}(t)}{\sum_j V_{ij}(0)} \quad \text{onde, } \sum_j = \text{Somatório do emprego por microrregião} \quad (3)$$

$V =$  variável estudada (emprego),  $i =$  setor,  $j =$  microrregiões

De posse desses dados serão distribuídos por frequência entre as “sedes” e “não sedes”, para realizar assim os cálculos de medidas de dispersão dos setores individuais em torno da média, utilizando o desvio-padrão, conforme Barbetta (2002, p. 103) descreve que se utiliza “[...] para avaliar a dispersão do conjunto de valores em análise [...] e quanto menor o desvio padrão, mais homogêneo são os dados”. Ainda o mesmo autor define: “O desvio-padrão ( $S^2$ ) é definido como a raiz quadrada da média aritmética dos desvios quadráticos [...]”. Sendo simbolizado pela seguinte equação:

$$S = \frac{\sum (y - \bar{x})^2}{n - 1} \quad \text{onde, } Y = \text{variável estudada} \quad n = \text{número de termos} \quad (4)$$

$\bar{x}$  = média aritmética

Porém, como essa medida de dispersão é em números absolutos, e as distribuições das “sedes” e “não sedes” podem ter médias/valores médios diferentes, o desvio-padrão dessas duas distribuições não é comparável, por isso será utilizado o coeficiente de variação (CV). A principal qualidade do CV é “a capacidade de comparar resultados de diferentes trabalhos que envolvem a mesma variável-resposta, permitindo quantificar a precisão das pesquisas”. (GARCIA, 1989, p. 2). Este transforma a dispersão de termos relativos em termos percentuais, dando base para uma comparação entre as microrregiões. Quanto menor for o valor do coeficiente de variação, mais homogêneos serão os dados, ou seja, menor será a dispersão em torno da média. Sua equação é definida:

$$CV = \left( \frac{S}{\bar{x}} \right) \cdot 100 \quad \text{onde, } S = \text{desvio padrão, } \bar{x} = \text{média aritmética} \quad (5)$$

De uma forma geral, se o CV:

- For menor ou igual a 15% → baixa dispersão: dados homogêneos
- For entre 15 e 30% → média dispersão
- For maior que 30% → alta dispersão: dados heterogêneos

No teste estatístico, a análise ocorrerá para dar validade na questão imposta no objetivo específico: se no geral o emprego foi positivo para as microrregiões “sedes”. Na aplicação do teste, Barbetta (2002, p. 196) informa que “[...] serve para verificar se os dados fornecem evidência suficiente para que se possa aceitar como verdadeira a hipótese da pesquisa [...]” Dessa forma foi delineado as seguintes hipóteses para a aplicação do teste:

**Hipótese nula ( $H_0$ ):** A média dos desvios entre as microrregiões “sedes” é igual em comparação as “não sedes”. Ou seja, não houve aumento significativo na geração de empregos formais. Simbolizado por:

$$\begin{aligned} H_0: \mu_s = \mu_{\bar{n}} \quad \text{onde, } \mu_s &= \text{média dos empregos gerados das “sedes”} \\ \mu_{\bar{n}} &= \text{média dos empregos gerados das “não sedes”} \end{aligned} \quad (6)$$

**Hipótese Alternativa ( $H_a$ ):** A média dos desvios entre as microrregiões “sedes” é maior que as “não sedes”. Simbolizado por:

$$\begin{aligned} H_a: \mu_s > \mu_{\bar{n}} \quad \text{onde, } \mu_s &= \text{média dos empregos gerados das “sedes”} \\ \mu_{\bar{n}} &= \text{média dos empregos gerados das “não sedes”} \end{aligned} \quad (7)$$

O valor da probabilidade adotado para confirmar a hipótese foi de 5%. Este valor é conhecido como nível de significância ( $\alpha$ ), correspondente a  $\alpha = 0,05$ , ou seja, 95% de confiabilidade. Esse nível permite confirmar ou refutar a hipótese testada.

O teste utilizado foi o Teste “t” de “Student” para amostras independentes, unilateral à direita, pois as amostras possuem apenas 15 termos, tanto nas “sedes” como nas “não sedes”, e a “formação de pares de elementos similares não é possível”. (BARBETTA, 2002, p. 226). O teste toma como base “[...] a diferença entre as médias das duas amostras ( $x_s - x_{\bar{n}}$ ), mas leva também em consideração o número de elementos em cada amostra e a variabilidade interna destas amostras [...]”. (BARBETTA, 2002, p. 228).

Primeiramente, utiliza-se o mesmo número de elementos ( $n$ ), e em cada amostra o desvio-padrão agregado ( $S_a^2$ ), obtido sobre a média aritmética dos desvios de cada microrregião, ou seja:

$$S_a^2 = \frac{(S_s^2 + S_{\bar{n}}^2)}{2} \quad \text{onde, } S_s^2 = \text{desvio-padrão das microrregiões "sedes"} \quad (8)$$

$$S_{\bar{n}}^2 = \text{desvio-padrão das microrregiões "não sedes"}$$

Calculado o desvio-padrão agregado, pode-se aplicar a equação da estatística do teste "t":

$$t = (\mu_s - \mu_{\bar{n}}) \cdot \sqrt{\frac{n}{2S_a^2}} \quad \text{onde, } n = \text{tamanho da amostra} \quad S_a^2 = \text{variância agregada"} \quad (9)$$

$$\mu_s = \text{média das "sedes"} \quad \mu_{\bar{n}} = \text{média das "não sedes"}$$

Seguinte ao teste "t" foi verificado a distribuição de referência para estabelecer o grau de liberdade ( $gl$ ), resumido na equação:  $gl = 2n - 2$ , onde  $n$  = tamanho da amostra. Com esse grau de liberdade mensurado foi utilizado na Tabela de Distribuição "t" de Student, para obter assim "a probabilidade de significância ( $p$ ) do valor calculado de "t". (BARBETTA, 2002, p. 230). Observado o valor de "t" será concluído o teste de hipótese comparando-o com o "t" correspondente na Tabela de Distribuição "t" de Student. Dessa forma:

Se  $t \leq T$  tabelado, aceita-se a hipótese nula.

Se  $t > T$  Tabelado, rejeita-se a hipótese nula.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Do exposto, os levantamentos e informações positivas e negativas não fornecem uma conclusão. Das medidas em busca do crescimento econômico em conjunto com o emprego, parecem promissoras do ponto de vista do governo, mas nem tão otimistas como citam Domingues (2011), Brenke e Wagner (2010). Tendo em vista que o tema Copa do Mundo é recente, há a necessidade de comprová-los com dados pós-evento.

As iniciativas realizadas pelo Governo Federal como investimentos, subsídios e concessões, no início de 2007 ao final de 2014, com o intuito de realizar a Copa do Mundo FIFA, tendo por uma das finalidades de expandir a economia, assim como o emprego, obtiveram resultados ambíguos nos setores econômicos. Alguns resultados foram positivos e tiveram impacto microrregional nas cidades sedes, como o setor de Alojamento e Alimentação, com um saldo positivo agregado de 68% no emprego. Outros, como o de Atividades Administrativas, permaneceram relativamente estáveis em comparação com o crescimento nacional (42%), que acumulou um valor positivo de 44%. Em contrapartida, o setor de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura obteve um saldo negativo de – 8,77% na geração de emprego entre as cidades sedes. Para entender melhor o ocorrido, as variações anuais de crescimento, as taxas de participação setoriais, desvios padrão, e teste de hipóteses foram avaliados de forma combinada, analisando assim setor por setor dentro das microrregiões “sedes” e “não sedes”.

### 4.1 MICRORREGIÕES NÃO SEDES: UM DESTAQUE AO NÃO ESPERADO

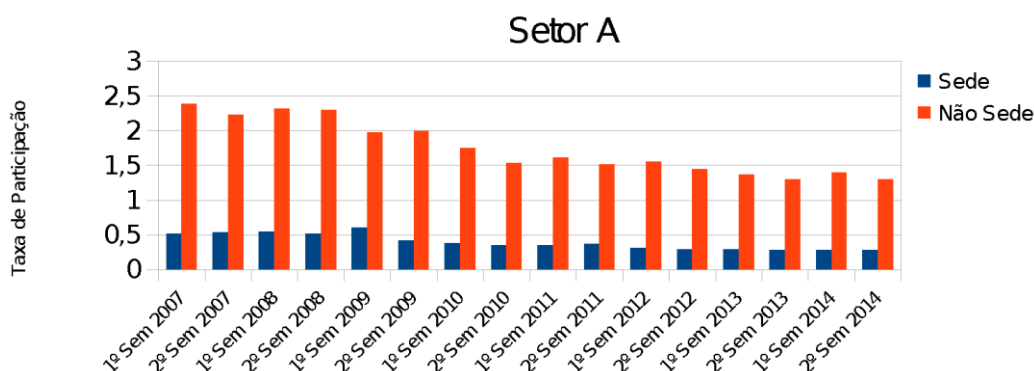
Com os investimentos e expectativas econômicas, em torno das cidades “sedes”, era de se esperar que, “logicamente”, houvesse um aquecimento do emprego de forma mais positiva do que em comparação as cidades “não sedes”. Mas não foi o ocorrido em diversos setores econômicos. Na sua grande maioria, proporcionalmente as microrregiões “não sedes” geraram mais emprego do que suas “concorrentes”, como veremos a seguir.



Inicialmente, o primeiro analisado foi o **Setor A** (Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura). As taxas de participação vem em constante declínio, nas das cidades “sedes” e “não sedes”, com maior queda por parte deste.

O crescimento em ambas as microrregiões, nos semestres de 2007 a 2008, têm relação com as vendas de *commodities* agrícolas que registraram uma significativa elevação de preços em relação ao ano de 2006, conforme BOZZA (2007 p. 2): “[...] resultado da combinação de fatores tais como os avanços nos custos com energia e petróleo, a crescente demanda de países como a Índia e a China, a utilização de grãos na produção de biocombustíveis e queda nos estoques mundiais de grãos [...]”. Nesse período, as microrregiões “sedes” e “não sedes” tiveram um crescimento em suas participações no emprego e somente vieram a declinar a partir do primeiro no 2º semestre de 2009 (gráfico 1), onde suas taxas de participações caíram, respectivamente, para 0,6% e 1,97%. Essas taxas mantiveram perdas durante o 2º semestre de 2010, com quedas respectivas de 0,34% e 1,53%. Seu declínio permaneceu constante, mostrando que há um deslocamento do emprego formal nesse setor. Ao final de 2014 as perdas se mostram consideráveis, com valores de 0,27% (sedes) e 1,3% (não sedes), conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 - Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)



Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

Durante o período otimista em 2007, o clima havia colaborado, e a produção de grãos foi recorde com preços acima da média histórica. Logo após esse resultado, o setor foi prejudicado com a crise de 2008, demonstrando perda logo a partir do 1º

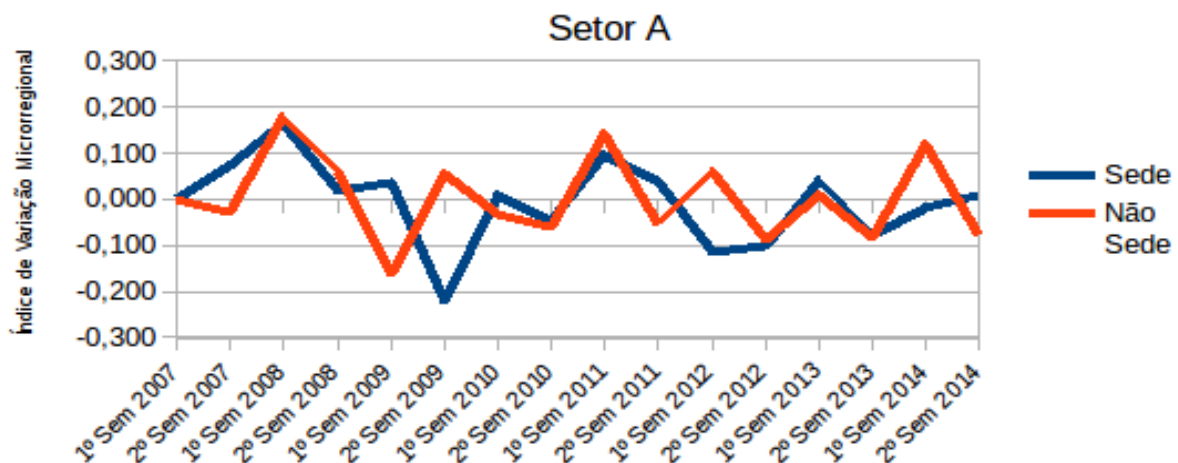
semestre de 2009. Isso corrobora com a variação semestral, ao qual também apresentou queda logo após a crise.

No primeiro semestre de 2009 foi observado um recuo de 21,9% em relação ao semestre anterior nas microrregiões “sedes”, assim como um recuo de 16,2% nas “não sedes” (gráfico 2). Em nível nacional o setor agropecuário registrou perda de 0,5% em relação ao PIB. (BORGES, 2009).

Uma recuperação ocorreu no início de 2011 nas duas microrregiões, devido a um novo aumento no consumo externo, porém tornaram-se passageiras e, logo no ano seguinte, verificou-se uma nova de queda, com substanciais perdas no nível de emprego. Essa tendência manteve-se principalmente nas microrregiões “sedes”, com outra forte queda no 1º semestre de 2012 de 11,38% dos empregos, ou seja, houve demissões expressivas no setor. Já as “não sedes” sofreram menos com os impactos negativos, com uma queda de 8,9% no 2º semestre de 2012 (gráfico 2).

Do total dos empregos acumulados nas microrregiões, nos 7 anos estudados, as “não sedes” obtiveram saldo positivo de **3,5%**, apesar de uma redução em sua participação setorial. Já as “sedes” amargaram um saldo de negativo de **- 8,77%**.

Gráfico 2 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)



Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014).

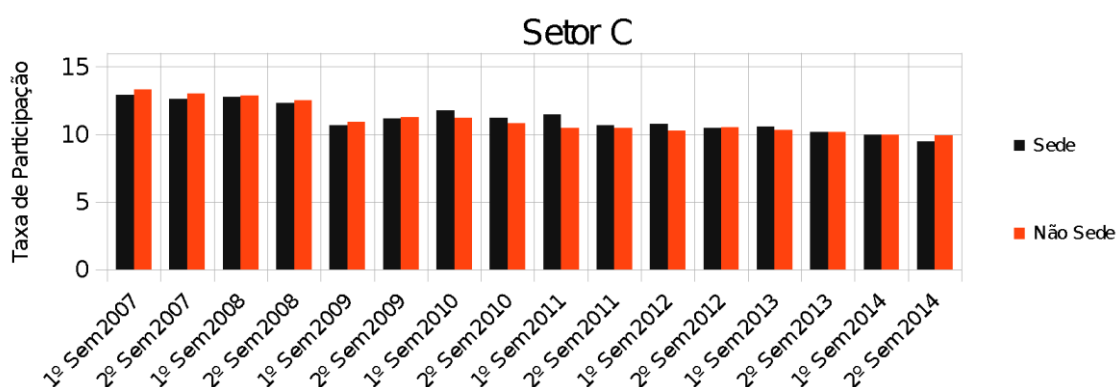
Comparando ainda o **Setor A**, outro ponto fica evidente que a Copa do Mundo não trouxe relações vantajosas para as cidades “sedes” em comparação às “não sedes”. O gráfico indica uma perda mais acentuada nas microrregiões sedes, com uma inclinação negativa maior. Além disso, o coeficiente de variação, com base no desvio

padrão, é de 14,17 nas sedes e 7,02 nas não sedes, ou seja, as microrregiões sedes são menos homogêneas que as não sede. Alguns fatores podem explicar essa piora no quadro das cidades sedes em relação as suas “concorrentes” como o deslocamento do emprego para outros setores, como da Indústria, Alojamento e Serviços; ou até o crescimento urbano em detrimento ao rural; mas veremos posteriormente que esses fatores não são exclusivos e que, principalmente, as microrregiões não sedes “largaram na frente” no quesito geração de empregos formais em vários setores do CAGED.

A Indústria de Transformação (**Setor C**) é um setor da base produtiva, sendo compreendido conforme a Comissão Nacional de Classificação define: como atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais. Compreende atividades industriais como metalurgia, fabricação de veículos e aeronaves, móveis, produtos eletrônicos, produtos químicos e farmacêuticos, têxteis, etc, ou seja, é um setor muito importante economicamente. Apesar de o setor ser mais dinâmico e possuir um maior grau tecnológico, há similaridade com os impactos sofridos pelo Setor A.

As semelhanças partem de 2007, com suas taxas de participação nas microrregiões relativamente estáveis até ao 2º semestre de 2008, onde logo após se verifica uma queda abrupta de aproximadamente 3 pontos percentuais no 1º semestre de 2009, devido à crise. Logo em seguida, uma recuperação até o 1º semestre de 2011, onde as “sedes” mantinham 11,47% do total dos empregos e as “não sedes” 10,47% (gráfico 3). Nas microrregiões é notável uma similaridade entre as taxas de participação, tanto que ambas estão em constante declínio (gráfico 3), indicando um deslocamento do emprego para outros setores econômicos.

Gráfico 3 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)



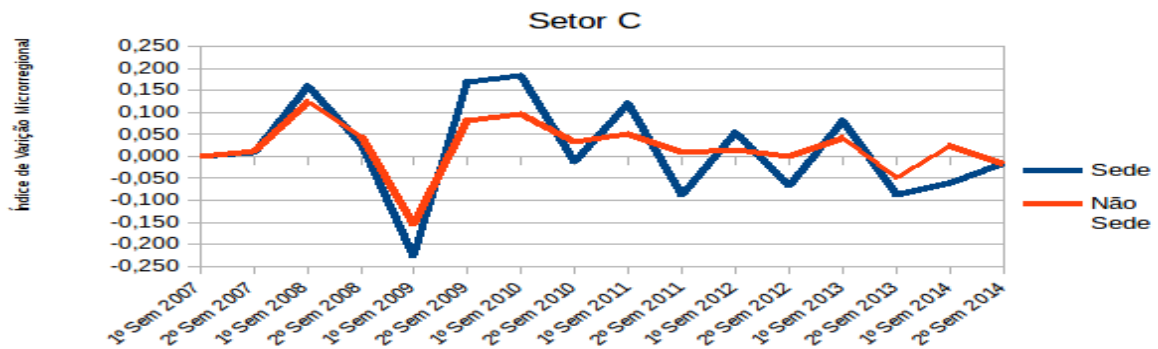
Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

No que tange o crescimento setorial, ambas as microrregiões se beneficiaram com a elevação desse setor em 2007, com um crescimento de 5,27% sobre o PIB, como afirma Borges (2007) informando que o destaque está nos subsetores da indústria de transformação, refletindo, sobretudo os efeitos da estabilidade econômica e das melhores condições dos mercados de crédito e de trabalho. O processo de fortalecimento da renda e os efeitos de medidas de incentivos direcionadas ao setor ajudaram a obter o saldo positivo de geração de empregos, em 2008, de 15,89%, nas cidades sedes, e de 12,24%, nas não sedes. Porém na crise de 2008 a indústria de transformação amargou uma perda acentuada de até – 22,7% nas sedes e de – 15,3% nas não sedes, no 1º semestre de 2009. Em seguida, no 2º semestre de 2009 até o final do 1º semestre de 2010 o setor recuperou-se, com reflexo sobretudo dos efeitos da estabilidade econômica e das melhores condições dos mercados de crédito e de trabalho. Porém se tornaram passageiras e, a partir do 2º semestre de 2010, as cidades sedes amargaram uma queda de 10% no emprego formal, até o final de 2014. Sua tendência de recuo é mais acentuada em comparação com a “rival”. Ainda nas sedes, a geração de empregos foi no total de **24,55%**, nos 14 semestres estudados. Seu coeficiente de variação (11,9%), nos indica uma dispersão baixa, porém mais elevada em comparação às “não sedes” (10,72%).

Entre as microrregiões “não sedes” do Setor C, as alterações foram similares às expostas acima, todavia foram menos impactadas negativamente. Durante o período de recessão, a tendência (gráfico 4) nos mostra que seu declínio foi menos acentuado, com uma baixa dispersão entre os todos os semestres, indicando uma homogeneidade

no setor. No quesito geração de emprego, as “não sedes” obtiveram um crescimento maior, com um agregado de **31,08%**. Ou seja, descontando dos empregos gerados pelas “sedes”, elas tiveram um ganho superior de aproximadamente **6,5%**.

Gráfico 4 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)

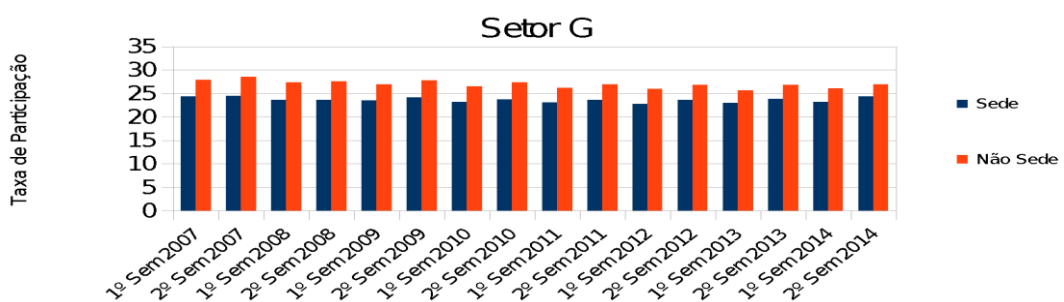


Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

Um setor de muita importância que emprega boa parte dos trabalhadores formais é o de Comércio, Reparação de Veículos e Motocicletas (**Setor G**). Em relação ao PIB, no ano de 2007, obteve um declínio de 1,3% influenciados pelo desempenho da indústria. O que ocorreu no Setor C, em relação a participação do emprego formal, foi similar aos impactos ocorridos no Setor G.

Apesar da perda ocorrida em todas as microrregiões no período da crise de 2008, ambas mantiveram certa estabilidade na taxa de participação do setor em relação ao total dos empregos. O gráfico 5 demonstra como as “sedes” e “não sedes” tiveram suas participações nos empregos totais paralelas e homogêneas, tanto que seus coeficientes de variação foram, respectivamente, de 15,41% e 16,83%, indicando que os impactos econômicos surtiram um efeito quase nulo no deslocamento do emprego no setor.

Gráfico 5 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)

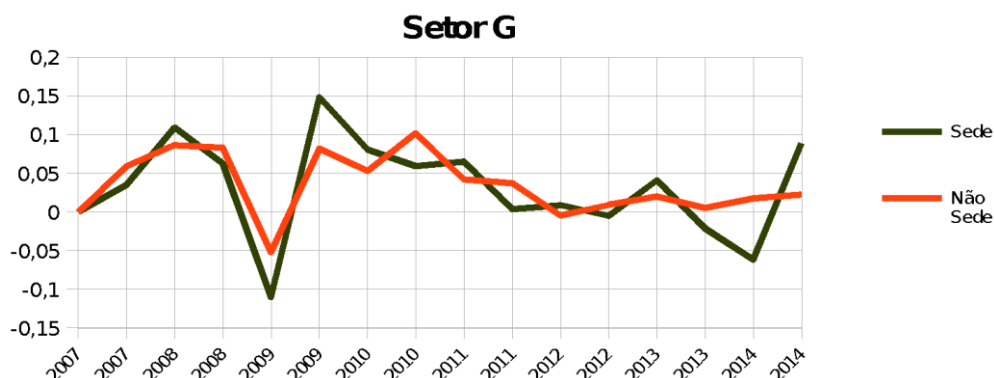


Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

O mais curioso vem justamente no semestre em que a Copa do Mundo foi realizada. Quando era de se esperar um crescimento nas vendas e no consumo, impactando assim o emprego, com a entrada de turistas nas microrregiões “sedes”, o mesmo não aconteceu conforme a expectativa. Excluindo-se o ano de 2009, ao qual toda a economia sofreu perda com a recessão, as variações semestrais, que verificam as taxas de geração de empregos, obtiveram uma perda maior por parte das “sedes”. No 2º semestre de 2012 as cidades “sedes” tiveram decréscimo de – 0,5%, seguido de – 2,16% (2º Sem 2013), e no período 2º semestre de 2014 uma queda abrupta de – 6,18% (gráfico 6). Esse declínio tem relação com outros setores, conforme o IBRE (2014, p. 4) “[...] no setor terciário, destacam-se no segundo trimestre as quedas previstas na produção do comércio, transportes — ambos estreitamente relacionados à produção industrial — e, em menor medida, outros serviços [...]”.

Do outro lado, o comércio das microrregiões “não sedes” sofreram da mesma forma, porém em menor grau. A taxa de participação do emprego manteve sua tendência com menos oscilações que as “sedes” e o único período em que teve uma queda importante foi em 2009 de – 5,2% (gráfico 6), justamente por causa da crise internacional. Nos semestres seguintes, suas taxas de emprego estiveram sempre positivas, totalizando um crescimento de **55,9%** de novos postos de trabalho. Apesar de apresentar taxas decrescentes, com uma tendência futura de pequeno crescimento, nos sete anos estudados, as “não sedes” passaram a frente de sua “concorrente”, pois esta cresceu a taxas agregadas de **50,2%**. Além disso, seus coeficientes de variação indicaram similaridade na dinâmica setorial, com 14,41% pelas “sedes” e 16,83% nas “não sedes”.

Gráfico 6 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)

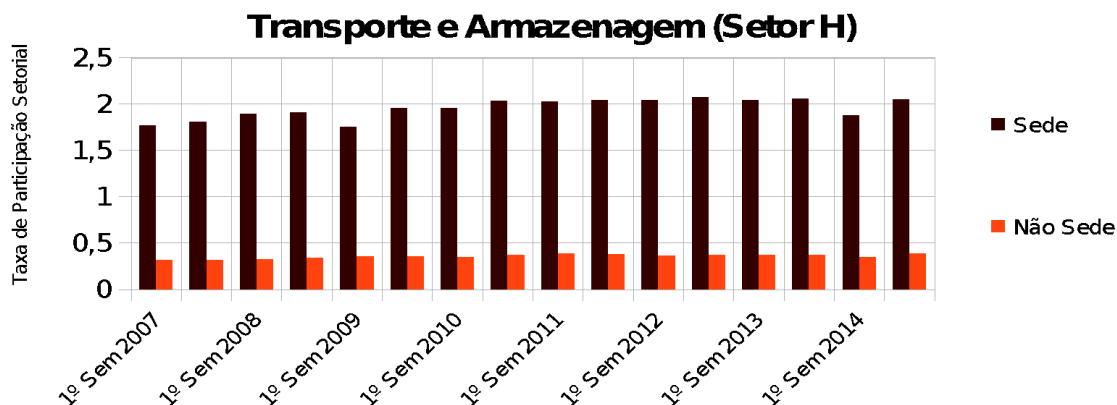


Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

Durante o PAC, iniciado em 2007 pelo Governo Lula, teve por uns dos objetivos retomar os investimentos em setores estruturantes como energia, transporte, recursos hídricos, mobilidade urbana, entre outros. No documento Cartilha Final (2014, p. 24), publicava sua finalidade: “[...] Os investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos permitem que a produção nacional reduza custos e se torne mais competitiva nos mercados interno e externo[...]”. Com isso o **Setor H** (Transporte e Armazenagem) além de ter seu incentivo desde o início do período da Copa, foi auxiliado pelo referido programa. Porém não devemos esquecer que esse setor está em alta independente do incentivo governamental, já que a preocupação das empresas, no tocante à logística, é uma tendência mundial, pois os prazos estão mais curtos e o comércio mais integrado e ágil, forçando esse Setor a expandir-se.

Assim, suas participações nos empregos totais foram acrescidas, com as microrregiões “sedes” absorvendo de 1,77% dos empregos em 2007 para 2,05% no final de 2014 (gráfico 7). O mesmo ocorreu com as “não sedes”, ao qual saltaram de 0,31%, em 2007, para 0,39% no fim de 2014 (gráfico 7). Da mesma forma, o gráfico nos mostra que há uma tendência de deslocamento para esse setor em ambas as microrregiões, com destaque para as “sedes”.

Gráfico 7 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)



Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

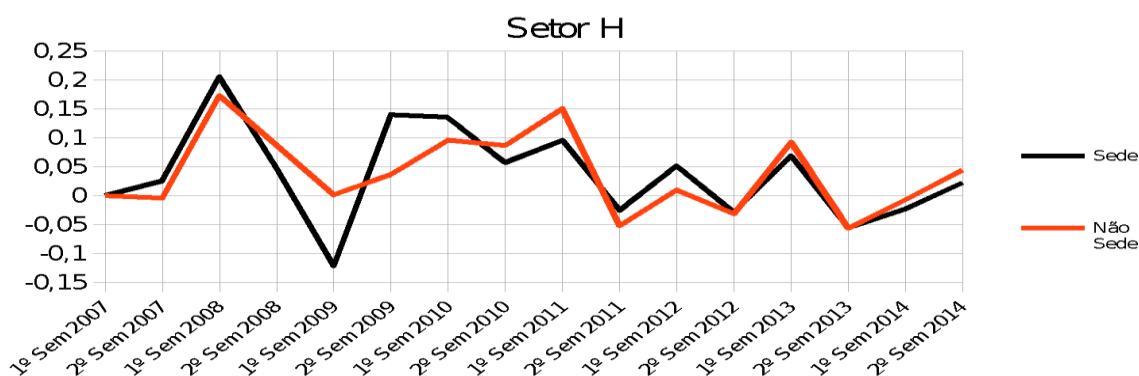
Se analisarmos o ocorrido com o emprego no setor de comércio, veremos similaridades no de transporte. Da mesma forma que houve uma queda abrupta em 2008 por motivo da crise, esse setor logo se recuperou em meados de 2009, pois os com a redução de impostos e os incentivos do governo na tentativa de superá-la, vindo a ter alta na geração de empregos até ao 1º semestre de 2011 (gráfico 8). Após isso, ambas as microrregiões obtiveram perdas no mercado de trabalho. Nas “sedes” a taxa de variação setorial mostrou um recuo de – 2,57; – 2,86; e – 5,55 por cento, e nas “não sedes” com – 5,18; – 3,13; e – 5,64 por cento, nos seus respectivos segundos semestres de 2011; 2012 e 2013. Essas quedas foram reflexo ainda da recessão pós 2008, onde conforme o IBGE (2011) afirmou que esse setor apresentou retração no número total de transações nos segmentos, com base no balanço de fusões e aquisições nos setores de transporte e logística.

Em 2014 era de se esperar uma recuperação das cidades sedes devido à Copa, mas o contrário aconteceu devido a estagnação econômica e, com o emprego no Setor H, conforme publicado pelo IBRE (2014, p. 3): “[...] no setor terciário, destacam-se no segundo trimestre as quedas previstas na produção do comércio, transportes — ambos estreitamente relacionados à produção industrial — e, em menor medida, outros serviços.” Outro fator que prejudicou esse setor foram as paralisações e protestos (passe livre) em todo o País, principalmente em 2011 e 2012, conforme os motivos já mencionados no referencial teórico. Já no último ano as greves dos caminhoneiros marcaram o período, impactando de forma significativa o emprego no setor, com queda acumulada expressiva de até – 5,6% (sedes) e 1,9% (não sedes).

Além disso, no comparativo (gráfico 8) de ambas microrregiões nos mostra que há uma maior oscilação e queda por parte das cidades “sedes”. Da evolução do emprego geral, as “não sedes” saíram novamente na frente, com um agregado de **62,51%**, contra **59,22%** das “sedes”, no que concerne à geração de empregos nos 14 semestres estudados. Seus coeficientes de variação respectivos foram de 19,37% e 18,57%, ou seja, suas dispersões são médias e há igualdade na dinâmica setorial.



Gráfico 8 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)



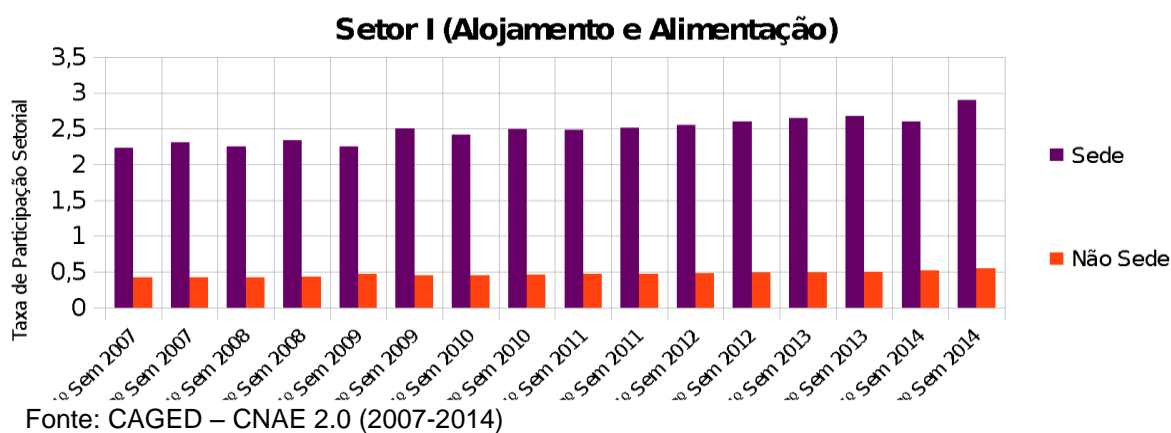
Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

## 5.2 SIMILARIDADES ENTRE SETORES

Da mesma forma que houve setores que se destacaram mais na geração de emprego, por parte das “não sedes”, alguns mantiveram uma maior homogeneidade nos indicadores. Um setor que nos mostra essa similaridade é o de Alojamento e Alimentação (**Setor I**).

As microrregiões “sedes” se destacam pelo crescimento na participação do emprego, evoluindo constantemente desde 2007, quando sua taxa de participação setorial correspondia a 2,23%, findando no ano de 2014 com 2,9% (gráfico 9), ou seja, houve um deslocamento do emprego formal para este setor. Isso pode ser justificado pela realização da Copa, mas deve-se ressaltar que outros setores obtiveram perdas, como o Setor K (Atividades Financeiras) e o Setor C (Indústrias de Transformação), pela piora em seus quadros produtivos. Já as “não sedes” mantiveram estabilidade na proporção de empregos, com alterações quase nulas.

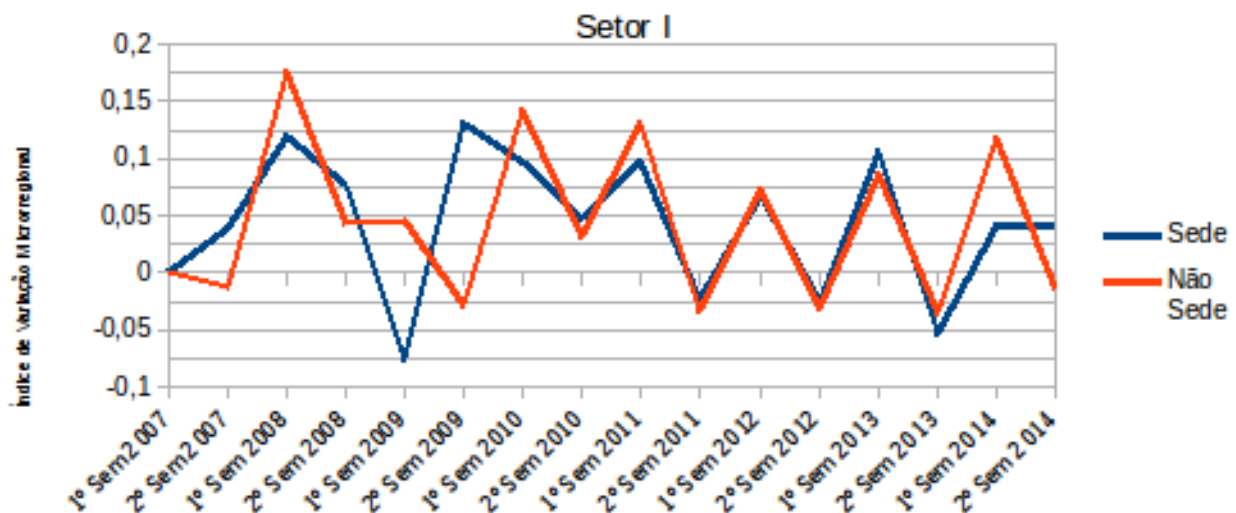
Gráfico 9 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)



Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

O que nos mostra a similaridade entre as microrregiões são suas curvas de variação semestral. Como já mencionado, a economia estava em crescimento em 2007, até sofrer com a recessão de 2008. Excluindo-se esse período, verificamos que a partir do 2º semestre 2009 suas oscilações caminharam juntas (gráfico 10), com saldos positivos nas “sedes” e “não sedes” de, respectivamente, 6,72% e 7,36% no 1º semestre de 2012, seguidos de perdas de – 5,28% e – 3,41% no 2º semestre de 2013. Seus respectivos empregos totais gerados importantes, com valores de aproximadamente **70%** e **69,4%**, nos mostram como o comportamento em ambas as microrregiões foi similar. Esse setor, pelo esperado com as estimativas federal, deveria obter ganho substancial com a Copa do Mundo com a entrada de turistas. Vimos que isso não aconteceu e, exatamente no semestre que o evento foi realizado, as “não sedes” “saltaram” de – 3,4% em 2013 para +11,73% em 2014, já as “sedes” no mesmo período tiveram uma perda maior, seguido de um crescimento menor de – 5,3% para 4,06%. Outro ponto que corrobora com os dados são seus coeficientes de variação, com as “sedes” tendo um valor de 20,37%, já as “não sedes” com 20,87%. Isso indica que ambas possuem uma dispersão média, com diversificação econômica semelhante.

Gráfico 10 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)



Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

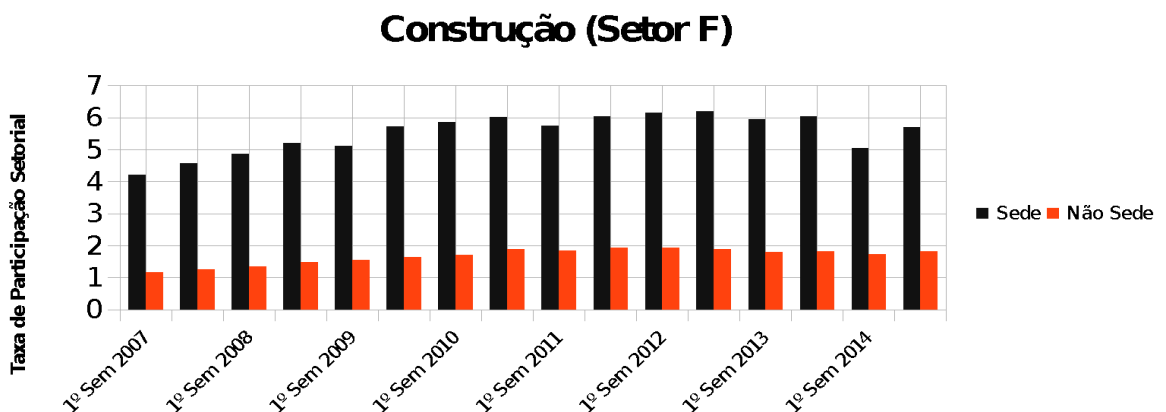
Dos Setores relacionados no CNAE 2.0, um que cresce de importância é o da construção civil (**Setor F**), tendo em vista a sua participação econômica, pois possui a maior parte da força de trabalho empregada, em comparação aos outros setores. A

elevação do PIB em 2007 refletiu-se positivamente sobre o mercado de trabalho formal nesse ano, apresentando uma relação emprego/produto amplamente favorável, tanto que sua participação setorial cresceu (gráfico 11), assim como mais empregos foram gerados (gráfico12) no decorrente ano, estendendo-se até 2008.

Analisada a tendência da evolução da construção civil em 2007 nota-se que houve, em 2009, um crescimento superior àquele que vinha sendo observado em anos anteriores, refletido pelos efeitos das várias medidas anticíclicas adotadas no Brasil para minimizar os efeitos da crise, como destaca o publicado pelo BNDES (2010, p.2) “[...] O país adotou várias medidas anticíclicas que contribuíram para a recuperação da economia no terceiro trimestre de 2009. Entre essas medidas, estão a desoneração tributária e a expansão do crédito para habitação [...]”.

Essas informações vão a favor da taxa de participação, já que vêm acumulando sucessivos crescimentos em ambas as microrregiões, com saldos positivos de 16% (sedes) e 5% (não sedes) até o 2º semestre de 2009 (gráfico 11). Mesmo com as paralisações do 1º semestre de 2014 e o desaquecimento do mercado, a tendência segue positiva no setor nas duas microrregiões estudadas.

Gráfico 11 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)



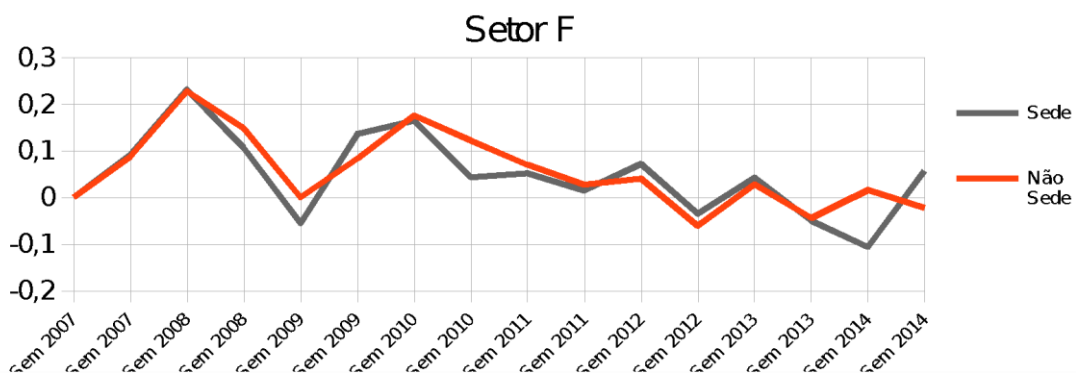
Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

Mesmo com a recessão mundial, seus saldos mantiveram-se positivos, com exceção às “sedes” que obtiveram algumas demissões no emprego formal, no 1º semestre de 2009, de – 5,48% (gráfico 12). O setor da construção registrou taxa média anual de crescimento de aproximadamente 5,0%. Porém o DIEESE (2013, p. 32) frisa:

No entanto, a partir de 2012, observa-se uma desaceleração das atividades, em função, entre outras razões, da redução da atividade econômica no país [...] o setor está aproveitando os bons resultados acumulados nos últimos anos, que têm funcionado como amortecedores diante dos impactos que se apresentam em função da retração da economia nacional.

Apesar do crescimento da participação setorial, essa desaceleração supracitada vai reduzindo a taxa de crescimento semestral. No primeiro semestre de 2012 as “sedes” cresceram 7,14% e as “não sedes” 4,04%. No semestre seguinte, saldo negativo de – 3,5% e – 6,08% (gráfico 12). Essas quedas podem ser explicadas pelas paralisações dos trabalhadores que ocorreram no setor em 2011 e 2012, por motivos já descritos no referencial teórico. Quando a Copa estava sendo realizada, as “sedes” amargaram com uma perda maior do que a “rival”, com uma perda considerável de 10,59% no emprego formal (gráfico12).

Gráfico 12 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)



Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

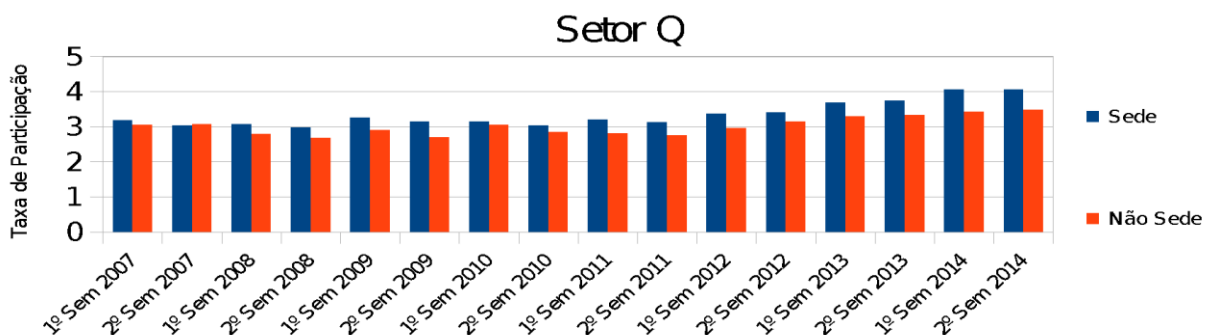
Finalizando o setor F, nas duas microrregiões seus coeficientes de variação foram de 22,59% (sedes) e 26,26% (não sedes), o que indica uma heterogeneidade média-alta, com diversificação econômica expressiva. Os impactos econômicos no

emprego formal foram semelhantes, contudo as cidades “não sedes” saíram com mais um ponto positivo, já que sua geração de emprego total, nos 7 anos estudados, foi de **89,4%**. Do outro lado, as “sedes” acumularam **76,35%**.

Numa área nem tão impactada pelo efeito copa do mundo, mas com taxas de participação do emprego significativas, está a Saúde Humana e Serviços Sociais (**Setor Q**). São compreendidas pelo CNAE 2.0 como atividades relacionadas à saúde humana prestadas em hospitais, ambulatórios, consultórios, clínicas, e serviços sociais como as de assistência a indivíduos ou famílias e são realizadas por agências de governo ou por instituições privadas.

Nas duas microrregiões as participações no emprego mantiveram-se relativamente estáveis, com certa inclinação positiva, com destaque para as “sedes”. Durante os semestres, a principal alteração aconteceu a partir de 2012, onde suas participações obtiveram um ganho de até 1%, até o final de 2014 (gráfico 13).

Gráfico 13 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)

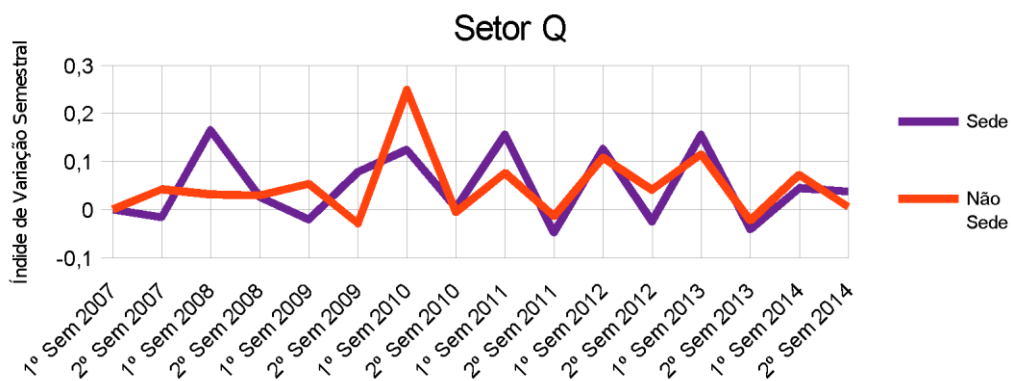


Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

Já na variação setorial, o destaque está no 1º semestre de 2010, com um salto significativo por parte das “não sedes” de 24,08% (gráfico 14). Isso está correlacionado com o incentivo dado ao setor pelo Governo Federal em 2009, conforme o BNDES (2010, p. 12) “[...] em 2009, observaram-se sucessivos ganhos de participação dos gastos públicos, destacando-se aqueles destinados à segurança pública, à saúde e educação [...]”. Apesar das oscilações serem constantes a partir desse ano citado, percebe-se que semestralmente há um “pico” de alta, sucessivo de outro de “queda”. Tanto as “sedes” como as “não sedes” acabam que por caminhando juntas nessas oscilações. Uma justificativa se tem pelo fato de que o Setor Q possui grande parcela

dos empregados sendo contratados pelo Estado. Como muitos desses empregos são temporários, e as contratações geralmente ocorrem no início do ano letivo, é de se esperar que haja um salto positivo no emprego no início dos 1º semestres de cada ano, seguido de uma queda logo após o encerramento deste mesmo ano, justamente no final de cada 2º semestre.

Gráfico 14 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)



Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

Mas não é apenas nas oscilações e participações do emprego que as duas microrregiões se assemelham. Ambas tiveram crescimentos no total dos empregos, entre todos os semestres, sendo que as cidades “sedes” agregaram 76,65% de trabalhadores, e as “não sedes” 75,01%. Entre os setores já mencionados, o da Saúde e Serviços Sociais foi um dos que mais cresceu. Outro dado que comprova a similaridade é o coeficiente de variação, com 23,88% nas “sedes” e 24,58% nas “concorrentes”.

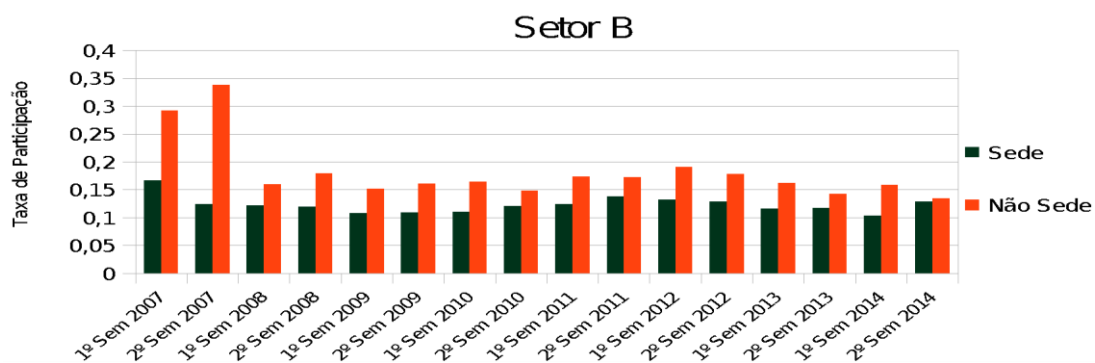
### 5.3 MICRORREGIÕES SEDES: UMA VANTAGEM POUCO EXPRESSIVA

Ao longo de 2007 a economia encontrava-se em expansão e a Indústria Extrativa (**Setor B**) beneficiou-se pelos seguintes fatores: demanda interna em crescimento, a sustentação do quadro positivo para os investimentos, a manutenção de resultados positivos em setores tipicamente exportadores e a recuperação do setor agrícola (IBGE, 2008). Esses fatores influenciaram de forma mais positiva as microrregiões “não sedes”, deslocando uma parcela dos empregados formais para esse setor, com até 0,34% da participação total no 2º semestre de 2007 (gráfico 15). Parece

pouco, mas no mesmo período as “sedes” tiveram perdas nas participações, alcançando aproximadamente 0,12% do total dos empregos formais (gráfico 15).

O mesmo ocorreu em relação à taxa de crescimento setorial, no qual as “não sedes” tiveram um salto expressivo de 20% de empregos gerados, no ano de 2007; já as “sedes” amargaram uma perda de – 23,2% (gráfico 16). Uma disparidade curiosa, até por que após esse ano, até o final de 2014, ambas as microrregiões mantiveram seus crescimentos e participações mais homogêneas. Veremos a seguir o que ocorreu.

Gráfico 15 – Taxa de participação microrregional setorial (2007-2014)



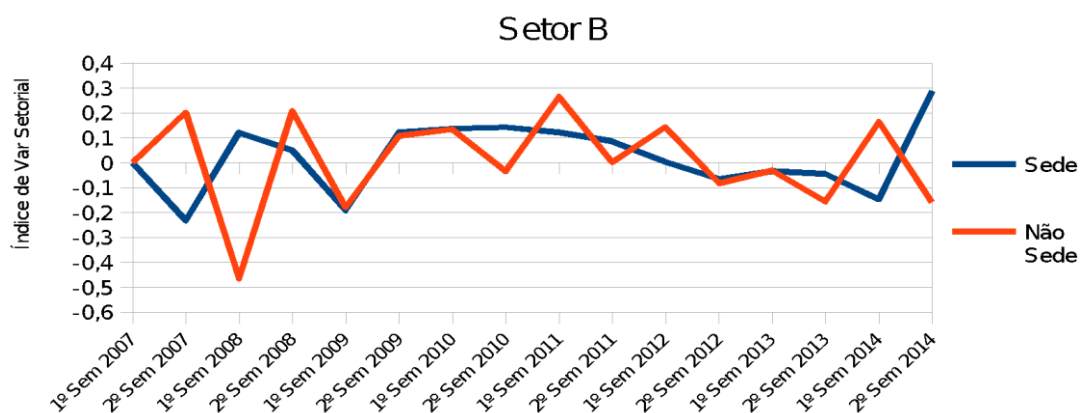
Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014).

Com melhora na balança comercial e nos fatores mencionados, os dois principais produtos (Minério e Petróleo) que compõem o Setor B, tiveram reflexo mais positivo nas “não sedes” em 2007, por motivos que “a expansão no Nordeste está apoiada no desempenho da indústria extrativa”. (IBGE, 2008, p. 2). Outras microrregiões também “puxaram” o crescimento das “não sedes”, com o ganho de dinamismo de 11% em Goiânia e 19,6% em Vitória (IBGE, 2008). Em oposição ao ocorrido está nas “sedes”, onde perdas foram principalmente nas microrregiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus, com respectivos valores de -0,5%, -3,7%, e -1,9% (IBGE, 2008).

Com a crise de 2008, as “não sedes” foram impactadas fortemente, com demissões na casa dos 46,5% (gráfico 16), com uma breve recuperação no 2º semestre de 2008, logo após veio a cair novamente a patamares de -17,9%. Sua “concorrente” se recuperou com os fatores positivos já mencionados, em 2008, mas logo vindo a recuar no 1º semestre de 2009, com -19,1% nos empregos formais (gráfico 16).

No ano de 2010 foi quando o Setor B demonstrou recuperação. O valor de produção da indústria extrativa nacional aumentou cerca de 32% em relação a 2009. As rochas ornamentais e industriais eram o principal setor da indústria extrativa, representando cerca de 41% do seu valor global em 2010 (IBGE, 2011). Desde então as “sedes” demonstraram maior estabilidade nos indicadores, assim como uma tendência positiva para os próximos anos. Já as “não sedes” oscilaram mais, influenciando assim num resultado inferior às “concorrentes”(gráfico 16).

Gráfico 16 – Índice de variação microrregional setorial (2007-2014)



Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

Uma melhor estabilidade em 2008 e um crescimento maior por parte das “sedes” em 2014, quanto a geração de empregos, teve por destaque final em seus dados. Além de ter mantido uma taxa de participação mais estável, sua soma das variações semestrais foi positiva em 39,4%. Já as não sedes cresceram somente 11,2%, bem abaixo das “opponentes”. Enfim, em ao menos um Setor, as “sedes” obtiveram melhores resultados. Porém a taxa de participação desse Setor B é pequena em comparação a outros setores como Construção Civil e Comércio, significando pouco entre todo o esforço e gasto gerado para sediar uma Copa do Mundo. Além disso, esse setor tem pouca relação com o evento, pois, conforme já foi mencionado, os impactos esperado eram nos setores de construção, comércio e de serviços.

#### 5.4 OS AGREGADOS SETORIAS MICRORREGIONAIS E UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM O PAÍS

Após uma verificação do ocorrido com o mercado de trabalho formal entre principais setores que demonstraram variações significativas nos indicadores, assim



como aqueles que possuem importância econômica por corresponder a uma grande parcela da participação do emprego, como o de Construção, o de Serviços e o Comércio, há a necessidade de comparar o total das microrregiões, para verificar se houve geração de emprego no agregado entre as “sedes” e “não sedes”, assim como compará-los com o âmbito nacional.

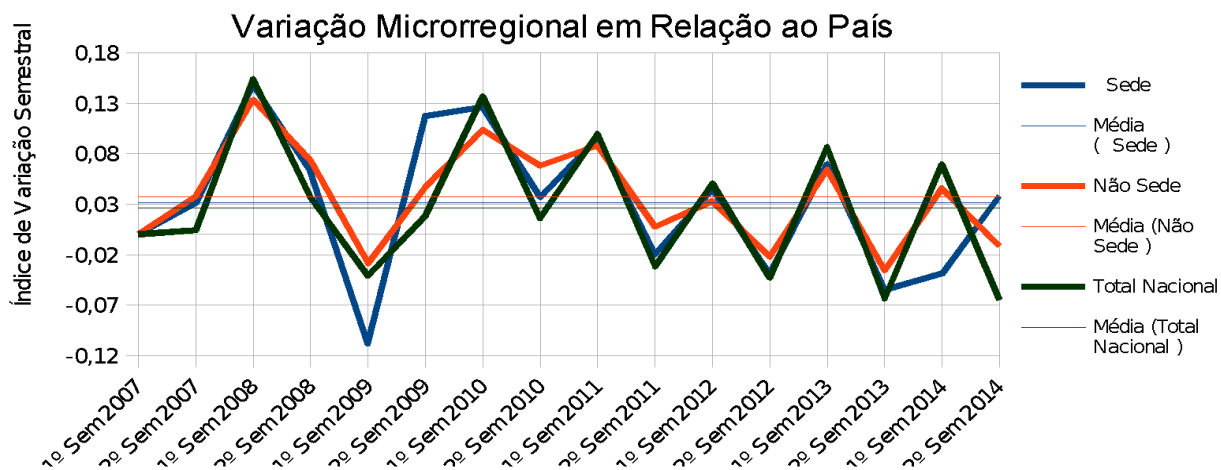
Vimos no referencial teórico os inúmeros acontecimentos que ocorrem nos sete anos estudados. Entre os principais que se pode destacar: a expansão no emprego em 2007 por motivo da melhora na balança comercial, assim como o crescimento impulsionador do setor industrial e da agricultura (commodities); em 2008 e 2009 a crise financeira que assolou o País e as microrregiões, prejudicando fortemente o emprego; Em 2010 com políticas expansionistas foi o período em que a economia, assim como o emprego, demonstraram sinais de recuperação, onde verificou-se uma expansão do emprego quase generalizada, com sete dos oito setores de atividade econômica; no ano seguinte criação líquida de vagas ocorreu apenas nas menores faixas salariais, contrapondo-se à desaceleração da economia brasileira; no ano de 2012 e 2013 a variação do estoque de empregos apresentou uma desaceleração em relação aos anos imediatamente anteriores, não apresentando alterações significativas; já o último ano encerrou com um quadro de estagnação da atividade econômica, combinado à persistência de pressões inflacionárias e o nível de ocupação se manteve estagnado em relação a 2013, onde a queda registrada no desemprego se deve fundamentalmente a uma menor participação da força de trabalho.

Ambientado aos acontecimentos nacionais pode-se compreender o ocorrido com as microrregiões. Nos 3 (três) primeiros semestres, impulsionados pelo bom desempenho do PIB e de um mercado internacional favorável, as microrregiões tiveram seus crescimentos paralelos, ficando um pouco abaixo do crescimento nacional (gráfico 17). Após rompida a crise que prejudicou o País, todos os setores findaram em forte queda até o 1º semestre de 2009, sendo que as “sedes” sentiram mais a influência negativa do período, com declínio considerável de - 10,83%. Com as “não sedes” sua perda foi a menos sentida, com - 2,87%. Do total do emprego nacional uma queda de - 4,12%. Já no segundo semestre de 2009 o emprego mostrou recuperação com os incentivos federais em 2010 e em destaque por parte das “sedes” houve uma melhora no indicador, por motivo de seu maior dinamismo econômico (gráfico 17). Porém esse dinamismo se mostrou controverso no tocante ao emprego, pois com as oscilações

econômicas ocorridas em 2011 e 2012 as “sedes” demonstraram picos de alta e queda no nível de emprego “puxados” pelos resultados econômicos nacionais, ao qual passou por uma desaceleração do crescimento. Com sua “oponente” o mercado de trabalho formal mostrou uma menor oscilação no período, por motivo da melhor estabilidade do Setor C (indústria da transformação) e do Setor G (Comércio).

Nos dois semestres de 2013 ambas as microrregiões seguiram o fluxo nacional com uma pequena perda a mais por parte deste (gráfico 17). As similaridades cessam em 2014 quando o índice volta a subir em âmbito federal, atingindo 6,93% de crescimento no 1º semestre. Os protestos e greves ocorridos contra a Copa prejudicaram principalmente as “sedes”, pois no mesmo semestre obtiveram perda de aproximadamente – 3,9% no emprego formal. Por motivo de não sediar o evento, assim como uma maior estabilidade entre os setores já estudados nesse ano, as “não sedes” seguiram o resultado nacional com saldo positivo de 4,56%.

GRÁFICO 17 – Índice de Variação Microrregional em Relação ao País (2007-2014)



Fonte: CAGED – CNAE 2.0 (2007-2014)

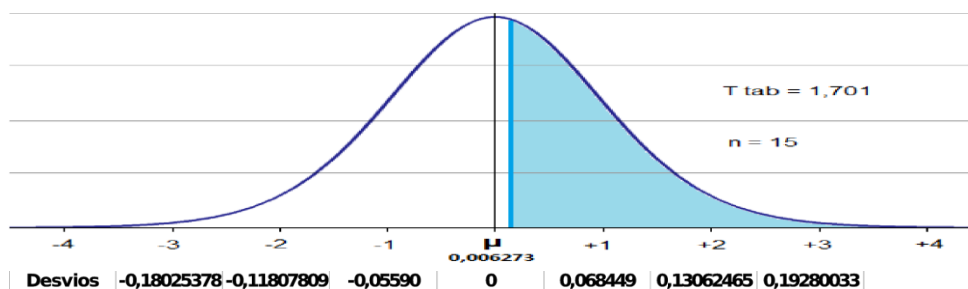
Os números finais nos 14 semestres estudados confirmam que os impactos esperados pela Copa do mundo não trouxe benefícios para o emprego. Do agregado do emprego nas microrregiões “sedes” mostrou que elas cresceram num acumulado de **50,78%**. Em comparativo ao nível nacional, que acumulou **42,56%**, esse valor foi superior, contudo as microrregiões “não sedes” se destacaram com um saldo considerável de **60,19%**, ou seja, elas cresceram quase 10% a mais que as “concorrentes”. Similarmente, a linha média da geração de empregos das “não sedes”

ficaram acima das “sedes”, assim como em comparação ao País, conforme o gráfico 17.

## 5.5 ANÁLISE DO TESTE DE HIPÓTESE

Em comprovação que os impactos não demonstraram vantagens para as “sedes”, está o teste de hipótese. Primeiramente foi delineada a Hipótese nula (**H<sub>0</sub>**): A média do número de empregos gerados as microrregiões “sedes” é igual em comparação as “não sedes”. Ou seja, não houve aumento significativo na geração de empregos formais. Simbolizado por: **H<sub>0</sub>:  $\mu_s = \mu_{\bar{n}}$** . Do lado oposto, ao qual tenta-se provar que as microrregiões “sedes” cresceram mais que as “não sedes” está a **Hipótese Alternativa (H<sub>a</sub>)**: A média do número de empregos gerados entre as microrregiões “sedes” é maior que as “não sedes”. Simbolizado por: **(H<sub>a</sub>):  $\mu_s > \mu_{\bar{n}}$** . Como a amostra corresponde a 15 termos, logo o grau de liberdade corresponde a 14. Dessa forma como queremos usar um nível de confiança de 95% unicaudal à direita, ao consultarmos a tabela de distribuição “t de Student” percebemos que “t tabelado” corresponde a 1,701. Com a média e o desvio-padrão acumulados calculados (**X** = 0,006273 e **S<sub>a</sub><sup>2</sup>** = 0,062175) chegou-se ao valor de “t calculado” = **0,00483**. Com esses dados constrói-se a curva de distribuição normal (gráfico 18), conforme abaixo:

Gráfico 18 – Curva de Distribuição Normal



Fonte: Elaboração própria do autor

Como o “t calculado” está antes de um desvio e corresponde a área hachurada no gráfico 18, a probabilidade “p” corresponde  $p < 0,6$  estando muito abaixo do nível de significância estipulado ( $\alpha = 0,05$ ). Assim, **aceita-se a hipótese nula**, pois meu e o “t calculado” é menor que meu “t tabelado” (**0,00483 < 1,701**). Isso comprova que não houve crescimento considerado das microrregiões “sedes” em comparação às “não sedes”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o período inicial dos trabalhos até término, as estratégias para atração de investimentos, maior visibilidade internacional, expansão da economia, e por fim do emprego, trouxeram resultados ambíguos para o mercado de trabalho formal.

Os investimentos em infraestrutura criaram alguns impactos diretos, mas não ocorreram conforme o Governo Federal afirmava que seriam investimentos com alto potencial de geração de empregos, tributos e grande importância. Essas estimativas foram promissoras, mas não resultam conforme o otimismo esperado.

Com esses investimentos e expectativas econômicas, em torno das cidades “sedes”, era de se esperar que houvesse um aquecimento do emprego de forma mais positiva do que em comparação as cidades “não sedes”. Assim como em comparação em âmbito nacional, mas não foi o ocorrido em diversos setores econômicos.

Setores com alto índice de participação do emprego, como o do Comércio (Setor G) e Construção Civil (Setor F) tiveram suas participações no emprego totais paralelas e homogêneas, indicando que os impactos econômicos surtiram um efeito quase nulo. Além disso, durante os sete anos, as “não sedes” cresceram nesses setores, respectivamente, 5,7% e 13% a mais em comparação às “sedes”. Isso não era esperado pelos órgãos federais, pois com a construção de estádios, obras em infraestrutura e a entrada de turistas nas “sedes”, aumentando assim o consumo no comércio, a tendência seria que essas microrregiões superassem as “não sedes”, mas isso não ocorreu.

Outros setores que supostamente deveriam se destacar nas microrregiões “sedes” são os de Transporte (Setor H) e Alojamento Alimentação (Setor I). No primeiro (setor H), as participações no emprego cresceram constantemente em ambas as microrregiões, com uma inclinação positiva maior por parte das “sedes”, mas logo esse ponto positivo é perdido pela maior inclinação negativa em sua taxa de variação setorial, indicando um futuro mais pessimista. Apesar disso, o saldo geral das “sedes” na geração de empregos foi positivo em 59,2%. Mas justamente isso torna-se o critério de desempate, pois as “não sedes” acumularam 62,5%.

No segundo (Setor I), os resultados foram muito próximos. Na taxa de participação as “sedes” demonstram uma melhor tendência positiva, mas as “não

sedes” foram mais estáveis. Já no quesito de criação de novos postos de trabalho, suas oscilações foram muito similares, tanto em períodos de alta como de baixa. Suas projeções futuras correram quase que paralelas e seus coeficientes de variação de 20,37% (sedes) e 20,87% (não sedes) semelhantes. Isso nos indica que ambas as microrregiões possuem uma diversificação econômica muito similar e que o efeito Copa do Mundo não acrescentou em nada, no tocante ao emprego.

No importante Setor Industrial percebeu-se que nas microrregiões houve uma notável similaridade entre as taxas de participação, indicando um deslocamento do emprego para outros setores econômicos. No quesito geração de emprego, as “não sedes” obtiveram um crescimento maior e, descontando dos empregos gerados pelas “sedes”, elas tiveram um ganho superior de aproximadamente 6,5%. Como esse Setor faz parte da base da cadeia produtiva, seus impactos sofridos também foram sentidos por outros Setores.

Exatamente no período em que a Copa do Mundo foi realizada, era de se esperar as cidades “sedes” somassem empregos positivos pela entrada de turistas. Novamente não ocorreu, já que no acumulado do 1º semestre de 2014 elas perderam – **3,89%** de empregos formais, em comparação ao semestre anterior que já acumulava perda de – **5,49%**! Suas “rivais”, ao contrário, somaram saldos positivos de **4,56%**.

Em suma, no acumulado de todos os setores, as microrregiões “não sedes” obtiveram um ganho superior na geração de emprego, no qual cresceu nos 14 semestres estudados **60,2%**. Do outro lado, as “sedes” acumularam **50,8%** de novos empregos. Uma diferença expressiva de aproximadamente 10%. Isso torna-se uma vantagem considerável e ainda mais destacada, se levarmos em comparação ao âmbito nacional que somou **42,56%** de novos postos de trabalho. Além disso, as “não sedes” tiveram seus índices menos impactados às oscilações econômicas, mantendo os crescimentos setoriais mais homogêneos. No teste de hipótese o crescimento entre as microrregiões foi praticamente nulo, indicando que a geração de empregos não sofreu impactos estatisticamente consideráveis.

Não há dúvida de que a realização de um evento da magnitude de uma Copa do Mundo possa gerar oportunidades. Entretanto, é necessário avaliar quem se beneficia delas e em que proporção. A experiência internacional mostra que há grandes diferenças em termos de investimento, mobilidade urbana, imagem externa do país e o

legado deixado pela realização da Copa do Mundo entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Além disso, algumas justificativas podemos encontrar para o não crescimento do emprego formal por parte das “sedes” como: as greves e protestos praticadas de forma mais concisa nessas capitais; o caráter sigiloso e obscuro das contratações, dando margem para os escândalos de corrupção; o expressivo aumento dos investimentos públicos em comparação ao orçamento inicial; e os atrasos durante a execução das obras, assim como os cancelamentos de projetos mal elaborados por parte do órgão regulador.

Contudo, o que fica evidente é que essas justificativas têm pouca sustentação e precisam de uma maior fundamentação para explicar o quanto eles podem influenciar no emprego. De fato, para entender a razão pela qual as cidades “não sedes” se destacaram dessa forma, é necessário um estudo mais amplo e detalhado, para assim compreender seus reais motivos.

## REFERÊNCIAS

AMADEO, Edward. A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980. **Texto para discussão nº 353**. Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1994.

AMARAL FILHO, J. do. **Desenvolvimento Endógeno: Um Novo Paradigma para a Gestão Local e Regional**. Livro 5, v.1. Brasília: IPEA, 2010.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2002. 340p.

BORGES, Mauro. **PIB acumulou crescimento de 5,1% ao longo do ano**. IMB – Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Goiânia, SEGPLAN, 2008.

Disponível em: < [http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewrele.asp?cd\\_assunto=9&cd\\_anomes=200834](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewrele.asp?cd_assunto=9&cd_anomes=200834)>. Acesso em: 12 fev. 2015.

BOISIER, S. Técnicas de Análisis Regional con Información Limitada. **Cuaderno ILPES**, Serie II, nº 27. Santiago de Chile: ILPES, 1980.

BOZZA, Gilda. Estimativa do faturamento bruto médio aponta perda relativa no ano de 2007. FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná. **Boletim Informativo nº 996**, semana de 24 a 30 de março de 2008. Disponível em:

<<http://www.fae.com.br/boletim/bi997/bi997pag15.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. **Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

BRASIL. **Lei Nº 12.462, de 4 de agosto de 2011**. Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RD, 2011 a.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Impactos econômicos da realização da Copa 2014 no Brasil**. Estudo do Consórcio Copa 2014 – Value Partners Brasil Ltda. Março de 2010 a. Disponível em:

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>. Acesso em: 17 set. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Mercado de trabalho formal em 2010**. Relatório da Unidade de Gestão Estratégica, 2010b. Disponível em:

<[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3047DF2D01304B7280205D18/SEBRAE\\_Caged\\_Micro%20e%20Pequenas%20Empresas\\_2010.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3047DF2D01304B7280205D18/SEBRAE_Caged_Micro%20e%20Pequenas%20Empresas_2010.pdf)>. Acesso em: 20 mai 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Mercado de trabalho – Conjuntura e Análise. **IPEA**, n. 52, ano 17, fev. 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt50\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt50_completo.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Mercado de trabalho – Conjuntura e Análise. **IPEA**, n. 57, ano 20, Ago. 2014 a. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_completo.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Mercado de trabalho – Conjuntura e Análise. **IPEA**, n. 58, ano 21, Abr. 2015. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt\\_58\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt_58_completo.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO. **CGU – Controladoria Geral da União**. Portal da Transparência, quadro geral: previsão de aplicação de recursos em 2014. Abr. 2014b. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/copa2014/empreendimentos/investimentos.seam?menu=2&assunto=tema>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO. **TCU – Tribunal de Contas da União**. Relatório de Situação – O TCU e a Copa do Mundo de 2014. Brasília, Abril de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO. **TCU – Tribunal de Contas da União**. Relatório da Copa do Mundo Consolidado. Brasília, Fevereiro de 2014c.

BRENKE, K.; WAGNER, G. G. The soccer world cup in Germany: a major sporting and cultural event – but without notable business cycle effects. **DIW Berlin Weekly Report**, v. 2, n. 3, p. 23-31, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612011000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612011000200008)>. Acesso em: 21 out. 2014.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. **Perspectivas do Investimento 2010-2013. Construção Civil no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/perspectivasdoinvestimento>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

SILVA, Fábio José Ferreira da. **O Brasil encontra-se em pleno emprego?** **ECONOMISTAS** – Revista do Conselho Federal de Economia/COFECON. Ano V – n. 14. Setembro de 2014.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **Estudo Setorial da Construção 2012**. Revista n. 65, maio de 2013. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2012/estPesq65setorialConstrucaoCivil2012.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2015.



DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. Copa do Mundo 2014: algumas considerações sobre a realização do evento no Brasil. **Nota Técnica**, n. 110, maio de 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec110Copa.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

DOMINGUES, Edson Paulo; JÚNIOR, Admir A. Betaralli; Magalhães, Aline Souza. Quanto vale o show? Os impactos Econômicos dos Investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 409-439, abril-jun 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v41n2/a08v41n2>>.

DUENHAS, Rogério Allon et al. Intensidade tecnológica e desempenho da indústria de transformação na Mesorregião Metropolitana de Curitiba (MMC). **Revista Economia e Tecnologia**, UFPR, Paraná, v. 9, n. 3, p.123-136, 2013.

GARCIA, C.H. **Tabelas para classificação do coeficiente de variação**. Piracicaba: IPEF, 1989. 12 p. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-09352008000200026](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-09352008000200026)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indústria fecha 2007 com expansão nos 14 locais pesquisados**. Canal de comunicação, sala de imprensa. 11 Fev. 2008. Disponível em:< <http://cod.ibge.gov.br/1Y00U>>. Acesso em: 20 Abr. 2015

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A indústria segundo a Pesquisa Industrial Anual – PIA, 2011**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas\\_/pesquisa\\_resultados.php?indicador=1&id\\_pesquisa=35](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas_/pesquisa_resultados.php?indicador=1&id_pesquisa=35)>. Acesso em: 20 Abr. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: Vol I, 1990. [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional\\_v01.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf). Acesso em: 12 Mai. 2015.

IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. Economia e o mercado nacional. **Boletim Macro-FGV**, junho de 2008.

IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. Economia desaquece, mas emprego continua em alta. **Boletim Macro-FGV**, junho de 2011.

IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. Continua a Longa Espera pela Recuperação. **Boletim Macro-FGV**, junho de 2012.

IBRE. Instituto Brasileiro de Economia. Economia Quase Estagnada, Acúmulo de Incertezas e Expectativas Negativas no Curto Prazo. **Boletim Macro-FGV**, agosto de 2014.

KRAWCZYK, Rodrigo. Contratação pública diferenciada RDC. Entendendo o novo regime - Lei nº 12.462/11. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11678](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11678)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

MARAGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista Desafios do Desenvolvimento** – IPEA, São Paulo, ano 9, ed.72, 2012.

MACEDO, Edward J.; ESTEVÃO, Marcelo. **A teoria econômica do desemprego**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MCCARTHY, Niall. Renda da Fifa passou de US\$ 2 bilhões em 2014. **Revista Forbes**, 27 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.forbes.com.br/negocios/2015/05/renda-da-fifa-passou-de-us-2-bilhoes-em-2014/>. Acesso em: 28 mai. 2015.

MORETTO, Amilton et al. **Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho do Brasil**. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010. 364p.

PAIVA, Luiza Henrique; JÚNIOR, Leonardo Ferreira Neves. **A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas**. Brasília: CEPAL, 2007. Disponível em: <http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/arelacaoentrecrecimentoeconomicoLeonardoLuisHenrique.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2015.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. Núcleo do Partido dos Trabalhadores. **Os números que mostram a realidade do País – O Brasil de Lula e Dilma**. Cartilha Final, agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.pt.org.br/wpcontent/uploads/2014/09/CARTILHA-FINAL.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. 2 ed. São Paulo: BOITEMPO, 2008.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Fernando Siqueira. Ascensão e Queda do Desemprego no Brasil: 1998-2012. **ANPEC - Economia do Trabalho**, Rio de Janeiro, n. 13, 2013.

Disponível em:

<[http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files\\_/i15aa641e3de121884a9966e761431c0.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_/i15aa641e3de121884a9966e761431c0.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SARTORI, Fábio; ANTUNES, Vitor. **Regime Diferenciado de Contratações Públicas**. Site Migalhas. 22 de julho de 2014. Disponível em:

<[http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI204627,101048-regime+ Diferenciado+de+Contratacoes+Publicas](http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI204627,101048-regime+Diferenciado+de+Contratacoes+Publicas)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

SHAPIRO, Edward. **Análise Macroeconômica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1980

## APÊNDICE A

**Índice de Variação Setorial Semestral** – verifica o crescimento do emprego no semestre por setor, em comparação ao semestre anterior.

Variação Setorial Anual	Setor A		Setor B		Setor C		Setor D		Setor E		Setor F		Setor G		Setor H		Setor I		Setor J	
	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede
1º Sem 2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º Sem 2007	0,07409	-0,029	-0,233	0,20126	0,00829	0,01266	-0,3715	-0,3868	-0,0336	0,05935	0,09064	0,08717	0,03488	0,05859	0,02553	-0,0045	0,03836	-0,0129	0,00189	0,12682
1º Sem 2008	0,16306	0,17993	0,12098	-0,4653	0,15898	0,12249	0,53172	0,49957	0,27501	-0,0249	0,23122	0,22728	0,10917	0,08645	0,20482	0,17264	0,12078	0,17541	0,15871	-0,1493
2º Sem 2008	0,01863	0,06103	0,04877	0,20763	0,0279	0,04567	-0,003	-0,0171	-0,0646	-0,0968	0,10602	0,14787	0,06238	0,08312	0,04714	0,08685	0,07747	0,04398	0,18521	0,1136
1º Sem 2009	0,03799	-0,1628	-0,1918	-0,1796	-0,2279	-0,1533	-0,1183	0,05899	0,02244	0,16843	-0,0548	-1E-04	-0,1104	-0,0521	-0,1214	0,00135	-0,0748	0,0462	-0,2178	-0,0437
2º Sem 2009	-0,2195	0,05664	0,12221	0,10781	0,16788	0,0816	0,22148	-0,1464	0,26411	-0,0782	0,13599	0,08285	0,14849	0,08148	0,14	0,03665	0,13102	-0,0292	0,09524	0,18105
1º Sem 2010	0,00909	-0,0332	0,13605	0,13357	0,18584	0,09598	-0,0066	0,30198	0,05008	0,40152	0,16419	0,17495	0,08055	0,05283	0,13504	0,09609	0,09716	0,14255	0,11567	0,08752
2º Sem 2010	-0,045	-0,062	0,14192	-0,035	-0,0122	0,03183	0,37229	-0,0688	0,00891	-0,1065	0,04357	0,12155	0,05911	0,10164	0,05706	0,08656	0,04875	0,03325	0,11575	0,03607
1º Sem 2011	0,09722	0,13926	0,12136	0,26509	0,12102	0,05014	0,08169	-0,0121	0,18657	0,17203	0,05202	0,06973	0,06508	0,04198	0,09544	0,15025	0,09631	0,13054	-0,0173	0,06448
2º Sem 2011	0,03906	-0,0523	0,08508	0,00215	-0,0871	0,00848	-0,1226	-0,1506	0,15179	-0,1209	0,01485	0,02738	0,00371	0,03679	-0,0258	-0,0519	-0,0232	-0,033	0,01985	-0,0199
1º Sem 2012	-0,1138	0,06074	0,00346	0,14214	0,05404	0,01437	0,41225	0,1717	-0,1906	0,57051	0,07146	0,04042	0,00879	-0,0045	0,05132	0,00966	0,06722	0,07363	-0,0055	-0,0082
2º Sem 2012	-0,1023	-0,0891	-0,0667	-0,0837	-0,0667	0,00012	0,04905	0,05851	-0,0935	-0,2982	-0,035	-0,0608	-0,0052	0,00884	-0,0287	-0,0313	-0,0263	-0,0312	-0,0112	-0,0255
1º Sem 2013	0,04077	0,00691	-0,0343	-0,0311	0,08052	0,04225	-0,0989	0,13692	0,16953	0,32776	0,04228	0,02777	0,04076	0,01961	0,06827	0,09253	0,10737	0,08525	0,1339	0,03771
2º Sem 2013	-0,0772	-0,0825	-0,0457	-0,1564	-0,0894	-0,0489	-0,1453	0,18109	-0,1677	0,03148	-0,0499	-0,0444	-0,0216	0,00509	-0,0555	-0,0564	-0,0529	-0,0341	-0,096	0,05276
1º Sem 2014	-0,0203	0,1203	-0,1475	0,16367	-0,0601	0,02465	-0,3963	-0,3116	0,10065	-0,092	-0,106	0,01574	-0,0619	0,01733	-0,0232	-0,0073	0,04061	0,11733	-0,012	0,02381
2º Sem 2014	0,01043	-0,0789	0,28849	-0,1601	-0,0157	-0,0172	-0,0458	0,0395	-0,1232	-0,1901	0,05703	-0,0231	0,089	0,02214	0,02226	0,04397	0,04209	-0,0138	0,10048	0,16397
<b>Agregado (Soma)</b>	<b>-0,0877</b>	<b>0,03511</b>	<b>0,34936</b>	<b>0,11202</b>	<b>0,24554</b>	<b>0,31085</b>	<b>0,36013</b>	<b>0,35488</b>	<b>0,55602</b>	<b>0,72362</b>	<b>0,76353</b>	<b>0,89433</b>	<b>0,50284</b>	<b>0,55929</b>	<b>0,59227</b>	<b>0,62514</b>	<b>0,68995</b>	<b>0,69393</b>	<b>0,56686</b>	<b>0,64105</b>

Fonte: Elaboração do autor.

Variação Setorial Anual	Setor K		Setor L		Setor M		Setor N		Setor O		Setor P		Setor Q		Setor R		Setor S		Sub total		Total Nacional
	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	
1º Sem 2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º Sem 2007	0,1049	0,09624	-0,0089	-0,1143	0,05558	0,0517	0,05768	0,08555	0,23395	-0,5427	-0,2018	-0,1687	-0,0159	0,04228	-0,1481	-0,0563	-0,0784	-0,1093	0,03079	0,03737	0,0037256
1º Sem 2008	0,1903	0,12138	-0,2373	-0,2802	0,30151	0,28013	0,09679	0,12128	-0,08	0,98158	0,55543	0,60581	0,16524	0,03133	-0,0533	-0,061	0,19061	0,19684	0,14831	0,13333	0,1540367
2º Sem 2008	-0,0016	-0,018	0,02707	0,04777	0,06839	0,14134	0,08275	0,06884	0,09105	-0,1886	-0,0962	-0,115	0,02613	0,02907	0,03877	-0,0082	0,00929	0,00843	0,06254	0,07356	0,0366967
1º Sem 2009	-0,2851	-0,2145	-0,0837	0,11708	-0,0741	-0,0083	-0,1097	-0,0097	-0,1142	0,29614	0,12975	0,15794	-0,021	0,05353	-0,0678	0,04913	-0,0346	0,09883	-0,1084	-0,0288	-0,041268
2º Sem 2009	0,1132	0,07723	0,08273	0,01411	0,13125	-0,0241	0,0888	0,02122	0,03165	-0,2363	-0,0904	-0,1571	0,07817	-0,0288	0,08343	-0,0288	0,03031	-0,023	0,11739	0,04677	0,0179572
1º Sem 2010	0,2135	0,15086	0,24859	0,11975	0,13036	0,22039	0,10092	0,01303	0,49705	0,0943	0,26009	0,32543	0,12431	0,24894	0,09189	0,20296	0,17337	0,04174	0,12641	0,10351	0,1366798
2º Sem 2010	0,0280	0,03729	0,00248	0,07411	0,03905	0,06464	0,05456	0,07919	-0,268	-0,2996	-0,0852	-0,1141	0,00357	-0,0056	-0,0299	-0,0417	-0,0262	-0,0318	0,03697	0,06808	0,0159020
1º Sem 2011	0,0647	0,34038	0,15079	0,05763	0,09781	0,27534	0,13387	0,1088	-0,0257	0,66946	0,23511	0,21193	0,15583	0,07605	0,16633	0,08846	0,12201	0,19181	0,09481	0,08803	0,0995683
2º Sem 2011	-0,0560	-0,1393	-0,0485	0,0748	0,05786	-0,0221	-0,0331	0,05741	-0,0904	-0,2915	-0,1173	-0,1515	-0,0479	-0,0138	-0,0357	0,03544	-0,0525	-0,1033	-0,0201	0,00754	-0,031831
1º Sem 2012	0,0196	-0,0541	0,13077	0,14174	-0,0246	-0,0289	0,03765	0,03093	0,66231	-0,1447	0,23728	0,24546	0,12635	0,10782	0,10954	0,08351	0,04601	0,05502	0,0442	0,03279	0,0502744
2º Sem 2012	-0,0649	-0,0708	0,0175	0,05857	-0,0748	0,02113	-0,0473	0,01814	-0,1268	0,20509	-0,1483	-0,1546	-0,0248	0,04081	-0,0204	-0,0101	-0,0847	-0,0739	-0,039	-0,0223	-0,043069
1º Sem 2013	0,0216	0,01527	0,06121	0,23816	0,09693	0,12073	0,06234	0,12882	0,05113	0,33073	0,2321	0,29397	0,15572	0,1148	0,12894	0,13261	0,05946	0,0918	0,06971	0,06407	0,0866790
2º Sem 2013	-0,0474	0,0046	-0,0016	-0,0472	-0,0424	-0,0727	-0,0564	-0,0593	-0,1833	0,01724	-0,136	-0,1571	-0,0413	-0,0228	-0,0281	-0,0493	-0,1176	-0,063	-0,0549	-0,0358	-0,063647
1º Sem 2014	-0,0097	0,04809	0,02138	0,27097	-0,0652	0,08739	-0,0238	0,06812	-0,1076	0,08268	0,15041	0,28528	0,04474	0,07235	-0,0318	0,13422	-0,0195	0,14154	-0,0389	0,04567	0,0693458
2º Sem 2014	0,0450	-0,0507	0,02879	-0,0394	0,02134	-0,0165	-0,001	-0,0347	0,11263	-0,0676	-0,0379	-0,1657	0,0373	0,00501	0,03841	0,00314	0,06307	-0,0398	0,03798	-0,0119	-0,06538
<b>Agregado (Soma)</b>	<b>0,3366</b>	<b>0,34394</b>	<b>0,3913</b>	<b>0,7335</b>	<b>0,7188</b>	<b>1,0901</b>	<b>0,4441</b>	<b>0,69754</b>	<b>0,68383</b>	<b>0,9061</b>	<b>0,8871</b>	<b>0,94199</b>	<b>0,7665</b>	<b>0,7510</b>	<b>0,2422</b>	<b>0,47408</b>	<b>0,2807</b>	<b>0,3819</b>	<b>0,50782</b>	<b>0,6019</b>	<b>0,425642</b>

Fonte: Elaboração do autor.

## APÊNDICE B

### Microrregiões Sedes

**Coefficiente de Variação:** analisa a dispersão em termos relativos a seu valor médio, quando duas ou mais séries de valores apresentam unidades de medida diferentes.

Somatório	Setor O	Setor A	Setor I	Setor R	Setor N	Setor K	Setor L	Setor M	Setor G	Setor F	Setor P
1ª Sem 2007	12.122	24.660	302.088	43.814	969.401	72.573	25.948	149.093	1.173.361	566.913	119.095
2ª Sem 2007	14.958	26.487	313.675	37.327	1.025.312	80.191	25.716	157.379	1.214.288	618.298	95.063
1ª Sem 2008	13.761	30.806	351.561	35.339	1.124.557	95.455	19.613	204.830	1.346.853	761.262	147.864
2ª Sem 2008	15.014	31.380	378.795	36.709	1.217.618	95.307	20.144	218.839	1.430.873	841.970	133.645
1ª Sem 2009	13.300	32.572	350.445	34.220	1.084.078	68.139	18.458	202.625	1.272.953	795.816	150.986
2ª Sem 2009	13.721	25.423	396.362	37.075	1.180.343	75.858	19.985	229.219	1.461.968	904.039	137.340
1ª Sem 2010	20.541	25.654	434.873	40.482	1.299.467	92.054	24.953	259.099	1.579.735	1.052.473	173.061
2ª Sem 2010	15.036	24.500	456.072	39.271	1.370.371	94.640	25.015	269.216	1.673.107	1.098.328	158.316
1ª Sem 2011	14.650	26.882	499.995	45.803	1.553.829	100.770	28.787	295.548	1.782.000	1.155.458	195.538
2ª Sem 2011	13.326	27.932	488.399	44.167	1.502.456	95.123	27.391	312.648	1.788.610	1.172.618	172.600
1ª Sem 2012	22.152	24.753	521.230	49.005	1.559.016	96.991	30.973	304.947	1.804.326	1.256.409	213.554
2ª Sem 2012	19.344	22.221	507.537	48.005	1.485.254	90.692	31.515	282.122	1.794.973	1.212.406	181.886
1ª Sem 2013	20.333	23.127	562.032	54.195	1.577.839	92.659	33.444	309.468	1.868.137	1.263.672	224.102
2ª Sem 2013	16.605	21.342	532.309	52.674	1.488.914	88.266	33.392	296.350	1.827.716	1.200.590	193.626
1ª Sem 2014	14.818	20.909	553.928	50.998	1.453.495	87.410	34.106	277.023	1.714.584	1.073.353	222.750
2ª Sem 2014	16.487	21.127	577.244	52.957	1.452.049	91.345	35.088	282.935	1.867.185	1.134.565	214.313
<b>Média</b>	<b>16.011</b>	<b>25.611</b>	<b>451.659</b>	<b>43.878</b>	<b>1.334.000</b>	<b>88.592</b>	<b>27.158</b>	<b>253.209</b>	<b>1.600.042</b>	<b>1.006.761</b>	<b>170.859</b>
<b>Desvio Padrao</b>	<b>2.999</b>	<b>3.629</b>	<b>91.982</b>	<b>6.849</b>	<b>205.929</b>	<b>9.451</b>	<b>5.610</b>	<b>53.095</b>	<b>246.574</b>	<b>227.434</b>	<b>38.738</b>
<b>Coefficiente Var</b>	<b>18,73</b>	<b>14,17</b>	<b>20,37</b>	<b>15,61</b>	<b>15,44</b>	<b>10,67</b>	<b>20,66</b>	<b>20,97</b>	<b>15,41</b>	<b>22,59</b>	<b>22,67</b>

Fonte: Elaboração do autor.

Somatório	Setor D	Setor C	Setor B	Setor J	Setor S	Setor Q	Setor H	Setor E	Subtotal (sedes)	Subtotal (Não Sedes)	Total Nacional
1º Sem 2007	5.117	623.952	8.061	138.344	161.291	153.076	239.332	22.383	4.824.837	978.925	13.507.431
2º Sem 2007	3.216	629.122	6.183	138.606	148.645	150.645	245.442	21.632	4.973.412	1.015.512	13.557.755
1º Sem 2008	4.926	729.137	6.931	160.604	176.978	175.537	295.714	27.581	5.711.019	1.150.913	15.646.148
2º Sem 2008	4.911	749.479	7.269	190.349	178.622	180.123	309.654	25.800	6.068.190	1.235.579	16.220.311
1º Sem 2009	4.330	578.682	5.875	148.892	172.444	176.342	272.073	26.379	5.410.569	1.199.995	15.550.463
2º Sem 2009	5.289	675.829	6.593	163.072	177.671	190.126	310.163	33.346	6.045.737	1.256.117	15.829.706
1º Sem 2010	5.254	801.424	7.490	181.934	208.474	213.761	352.047	35.016	6.809.958	1.386.132	17.993.308
2º Sem 2010	7.210	791.670	8.553	202.993	203.012	214.524	372.134	35.328	7.061.717	1.480.498	18.279.439
1º Sem 2011	7.799	887.476	9.591	199.476	227.782	247.954	407.652	41.919	7.731.252	1.610.819	20.099.492
2º Sem 2011	6.843	810.206	10.407	203.435	215.824	236.081	397.152	48.282	7.575.750	1.622.958	19.459.705
1º Sem 2012	9.664	853.991	10.443	202.317	225.753	265.909	417.534	39.080	7.910.601	1.676.176	20.438.030
2º Sem 2012	10.138	797.054	9.746	200.049	206.636	259.327	405.551	35.427	7.602.436	1.638.725	19.557.807
1º Sem 2013	9.135	861.234	9.412	226.836	218.923	299.709	433.238	41.433	8.132.425	1.743.714	21.253.059
2º Sem 2013	7.808	784.267	8.982	205.051	193.185	287.327	409.174	34.486	7.685.790	1.681.376	19.900.356
1º Sem 2014	4.714	737.154	7.657	202.596	189.422	300.183	399.663	37.957	7.386.526	1.758.167	21.280.362
2º Sem 2014	4.498	725.598	9.866	222.953	201.369	311.380	408.558	33.280	7.667.068	1.737.241	19.889.042
<b>Média</b>	<b>6.303</b>	<b>752.267</b>	<b>8.316</b>	<b>186.719</b>	<b>194.127</b>	<b>228.875</b>	<b>354.693</b>	<b>33.708</b>	<b>6.787.330</b>	<b>1.448.303</b>	<b>18.028.901</b>
<b>Desvio Padrão</b>	<b>2.101</b>	<b>89.422</b>	<b>1.513</b>	<b>28.286</b>	<b>23.320</b>	<b>54.665</b>	<b>65.866</b>	<b>7.405</b>	<b>1.111.357</b>	<b>272.152</b>	<b>2.618.297</b>
<b>Coeficiente Var</b>	<b>33,33</b>	<b>11,89</b>	<b>18,19</b>	<b>15,15</b>	<b>12,01</b>	<b>23,88</b>	<b>18,57</b>	<b>21,97</b>	<b>16,37</b>	<b>18,79</b>	<b>14,52</b>

Fonte: Elaboração do autor.

## Microrregiões Não Sedes

**Coefficiente de Variação** - analisa a dispersão em termos relativos a seu valor médio, quando duas ou mais séries de valores apresentam unidades de medida diferentes.

Somatório	Setor O	Setor A	Setor I	Setor R	Setor N	Setor K	Setor L	Setor M	Setor G	Setor F	Setor P
1º Sem 2007	3.206	23.312	57.732	5.650	125.740	9.695	5.319	16.401	273.347	157.097	28.394
2º Sem 2007	1.466	22.637	56.986	5.332	136.497	10.628	4.711	17.249	289.362	170.791	23.603
1º Sem 2008	2.905	26.710	66.982	5.007	153.052	11.918	3.391	22.081	314.376	209.608	37.902
2º Sem 2008	2.357	28.340	69.928	4.966	163.588	11.703	3.553	25.202	340.507	240.603	33.545
1º Sem 2009	3.055	23.727	73.159	5.210	161.995	9.193	3.969	24.992	322.764	240.580	38.843
2º Sem 2009	2.333	25.071	71.021	5.060	165.433	9.903	4.025	24.389	349.063	260.512	32.741
1º Sem 2010	2.553	24.239	81.145	6.087	167.589	11.397	4.507	29.764	367.505	306.089	43.396
2º Sem 2010	1.788	22.735	83.843	5.833	180.860	11.822	4.841	31.688	404.858	343.293	38.446
1º Sem 2011	2.985	25.901	94.788	6.349	200.538	15.846	5.120	40.413	421.853	367.231	46.594
2º Sem 2011	2.115	24.547	91.662	6.574	212.051	13.639	5.503	39.519	437.373	377.287	39.534
1º Sem 2012	1.809	26.038	98.411	7.123	218.610	12.901	6.283	38.376	435.413	392.536	49.238
2º Sem 2012	2.180	23.718	95.343	7.051	222.575	11.988	6.651	39.187	439.261	368.664	41.624
1º Sem 2013	2.901	23.882	103.471	7.986	251.247	12.171	8.235	43.918	447.876	378.901	53.860
2º Sem 2013	2.951	21.912	99.941	7.592	236.343	12.227	7.846	40.727	450.156	362.083	45.398
1º Sem 2014	3.195	24.548	111.667	8.611	252.443	12.815	9.972	44.286	457.955	367.783	58.349
2º Sem 2014	2.979	22.612	110.126	8.638	243.672	12.165	9.579	43.555	468.092	359.295	48.680
<b>Média</b>	<b>2.549</b>	<b>24.371</b>	<b>85.388</b>	<b>6.442</b>	<b>193.265</b>	<b>11.876</b>	<b>5.844</b>	<b>32.609</b>	<b>388.735</b>	<b>306.397</b>	<b>41.259</b>
<b>Desvio Padrão</b>	<b>553,8</b>	<b>1.711,5</b>	<b>17.820,3</b>	<b>1.268,0</b>	<b>41.644,0</b>	<b>1.607,8</b>	<b>2.075,9</b>	<b>9.777,5</b>	<b>65.439,3</b>	<b>80.466,4</b>	<b>9.154,9</b>
<b>Coefficiente de Var</b>	<b>21,73</b>	<b>7,02</b>	<b>20,87</b>	<b>19,68</b>	<b>21,55</b>	<b>13,54</b>	<b>35,52</b>	<b>29,98</b>	<b>16,83</b>	<b>26,26</b>	<b>22,19</b>

Fonte: Elaboração do autor.



Somatório	Setor D	Setor C	Setor B	Setor J	Setor S	Setor Q	Setor H	Setor E	Subtotal (Não Sedes)	Subtotal (sedes)	Total Nacional
1º Sem 2007	1.913	130.467	2.857	21.590	31.370	29.923	43.079	7.700	978.925,00	4.824.837,00	13.507.431,00
2º Sem 2007	1.173	132.119	3.432	24.328	27.941	31.188	42.887	8.157	1.015.512,00	4.973.412,00	13.557.755,00
1º Sem 2008	1.759	148.302	1.835	20.695	33.441	32.165	50.291	7.954	1.150.913,00	5.711.019,00	15.646.148,00
2º Sem 2008	1.729	155.075	2.216	23.046	33.723	33.100	54.659	7.184	1.235.579,00	6.068.190,00	16.220.311,00
1º Sem 2009	1.831	131.304	1.818	22.038	37.056	34.872	54.733	8.394	1.199.995,00	5.410.569,00	15.550.463,00
2º Sem 2009	1.563	142.019	2.014	26.028	36.204	33.868	56.739	7.738	1.256.117,00	6.045.737,00	15.829.706,00
1º Sem 2010	2.035	155.650	2.283	28.306	37.715	42.299	62.191	10.845	1.386.132,00	6.809.958,00	17.993.308,00
2º Sem 2010	1.895	160.605	2.203	29.327	36.516	42.063	67.574	9.690	1.480.498,00	7.061.717,00	18.279.439,00
1º Sem 2011	1.872	168.658	2.787	31.218	43.520	45.262	77.727	11.357	1.610.819,00	7.731.252,00	20.099.492,00
2º Sem 2011	1.590	170.088	2.793	30.596	39.023	44.639	73.695	9.984	1.622.958,00	7.575.750,00	19.459.705,00
1º Sem 2012	1.863	172.533	3.190	30.344	41.170	49.452	74.407	15.680	1.676.176,00	7.910.601,00	20.438.030,00
2º Sem 2012	1.972	172.554	2.923	29.570	38.128	51.470	72.076	11.005	1.638.725,00	7.602.436,00	19.557.807,00
1º Sem 2013	2.242	179.844	2.832	30.685	41.628	57.379	78.745	14.612	1.743.714,00	8.132.425,00	21.253.059,00
2º Sem 2013	2.648	171.046	2.389	32.304	39.007	56.073	74.302	15.072	1.681.376,00	7.685.790,00	19.900.356,00
1º Sem 2014	1.823	175.263	2.780	33.073	44.528	60.130	73.757	13.685	1.758.167,00	7.386.526,00	21.280.362,00
2º Sem 2014	1.895	172.248	2.335	38.496	42.755	60.431	77.000	11.084	1.737.241,00	7.667.068,00	19.889.042,00
Média	1.863	158.611	2.543	28.228	37.733	44.020	64.616	10.634	1.448.302,94	6.787.330,44	18.028.900,88
Desvio Padrão	313,9	17.002,0	474,5	4.896,4	4.549,4	10.820,5	12.519,1	2.825,4	272.152,43	1.111.357,50	2.618.296,67
Coeficiente de Var	16,85	10,72	18,66	17,35	12,06	24,58	19,37	26,57	18,79	16,37	14,52

Fonte: Elaboração do autor.

## APÊNDICE C

**Taxa de Participação Setorial Semestral** - verifica, em termos percentuais, qual a parcela de participação que cada setor possui, em comparação ao total de empregos formais.

Indicador Setorial	Setor A		Setor B		Setor C		Setor D		Setor E		Setor F		Setor G		Setor H		Setor I		Setor J		Setor K	
	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede
1º Sem 2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º Sem 2007	0,07409	-0,02896	-0,23297	0,20126	0,00829	0,01266	-0,37151	-0,38683	-0,03355	0,05935	0,09064	0,08717	0,03488	0,05859	0,02553	-0,00446	0,03836	-0,01292	0,00189	0,12682	0,10497	0,09624
1º Sem 2008	0,16306	0,17993	0,12098	-0,46533	0,15898	0,12249	0,53172	0,49957	0,27501	-0,02489	0,23122	0,22728	0,10917	0,08645	0,20482	0,17264	0,12078	0,17541	0,15871	-0,14933	0,19035	0,12138
2º Sem 2008	0,01863	0,06103	0,04877	0,20763	0,02790	0,04567	-0,00305	-0,01706	-0,06457	-0,09681	0,10802	0,14787	0,06238	0,08312	0,04714	0,08885	0,07747	0,04398	0,18521	0,11360	-0,00155	-0,01804
1º Sem 2009	0,03799	-0,16277	-0,19177	-0,17960	-0,22789	-0,15329	-0,11831	0,05899	0,02244	0,16843	-0,05482	-0,00010	-0,11037	-0,05211	-0,12136	0,00135	-0,07484	0,04620	-0,21779	-0,04374	-0,28506	-0,21447
2º Sem 2009	-0,21948	0,05864	0,12221	0,10781	0,16788	0,08160	0,22148	-0,14637	0,26411	-0,07815	0,13599	0,08285	0,14849	0,08148	0,14000	0,03865	0,13102	-0,02922	0,09524	0,18105	0,11328	0,07723
1º Sem 2010	0,00909	-0,03319	0,13605	0,13357	0,18584	0,09598	-0,00662	0,30198	0,05008	0,40152	0,16419	0,17495	0,08055	0,05283	0,13504	0,09609	0,09716	0,14255	0,11587	0,08752	0,21350	0,15086
2º Sem 2010	-0,04498	-0,06205	0,14192	-0,03504	-0,01217	0,03183	0,37229	-0,06880	0,00891	-0,10650	0,04357	0,12155	0,05911	0,10164	0,05706	0,08856	0,04875	0,03325	0,11575	0,03807	0,02809	0,03729
1º Sem 2011	0,09722	0,13926	0,12136	0,26509	0,12102	0,05014	0,08169	-0,01214	0,18657	0,17203	0,05202	0,08973	0,06508	0,04198	0,09544	0,15025	0,09631	0,13054	-0,01733	0,06448	0,06477	0,34038
2º Sem 2011	0,03906	-0,05228	0,08508	0,00215	-0,08707	0,00848	-0,12258	-0,15064	0,15179	-0,12089	0,01485	0,02738	0,00371	0,03679	-0,02576	-0,05187	-0,02319	-0,03298	0,01985	-0,01992	-0,05604	-0,13928
1º Sem 2012	-0,11381	0,08074	0,00346	0,14214	0,05404	0,01437	0,41225	0,17170	-0,19059	0,57051	0,07146	0,04042	0,00879	-0,00448	0,05132	0,00986	0,06722	0,07363	-0,00550	-0,00824	0,01964	-0,05411
2º Sem 2012	-0,10229	-0,08910	-0,06674	-0,08370	-0,08667	0,00012	0,04905	0,05851	-0,09347	-0,29815	-0,03502	-0,08081	-0,00518	0,00884	-0,02870	-0,03133	-0,02627	-0,03118	-0,01121	-0,02551	-0,06494	-0,07077
1º Sem 2013	0,04077	0,00691	-0,03427	-0,03113	0,08052	0,04225	-0,09893	0,13892	0,16953	0,32778	0,04228	0,02777	0,04076	0,01961	0,06827	0,09253	0,10737	0,08525	0,13390	0,03771	0,02169	0,01527
2º Sem 2013	-0,07718	-0,08249	-0,04589	-0,15843	-0,08937	-0,04892	-0,14527	0,18109	-0,16767	0,03148	-0,04992	-0,04439	-0,02164	0,00509	-0,05554	-0,05642	-0,05288	-0,03412	-0,09604	0,05276	-0,04741	0,00460
1º Sem 2014	-0,02029	0,13030	-0,14752	0,16367	-0,08007	0,02465	-0,39626	-0,31156	0,10085	-0,09202	-0,10598	0,01574	-0,06190	0,01733	-0,02324	-0,00733	0,04061	0,11733	-0,01197	0,02381	-0,00970	0,04809
2º Sem 2014	0,01043	-0,07887	0,28849	-0,16007	-0,01588	-0,01720	-0,04582	0,03950	-0,12322	-0,19006	0,05703	-0,02308	0,08900	0,02214	0,02226	0,04397	0,04209	-0,01380	0,10048	0,16397	0,04502	-0,05072
<b>Agregab.(Soma)</b>	<b>-0,06770</b>	<b>0,06511</b>	<b>0,09886</b>	<b>0,11212</b>	<b>0,24654</b>	<b>0,31065</b>	<b>0,38013</b>	<b>0,35488</b>	<b>0,58802</b>	<b>0,72362</b>	<b>0,76668</b>	<b>0,88483</b>	<b>0,50284</b>	<b>0,58829</b>	<b>0,58227</b>	<b>0,62514</b>	<b>0,68885</b>	<b>0,68888</b>	<b>0,98886</b>	<b>0,64105</b>	<b>0,38851</b>	<b>0,34894</b>
<b>Média</b>	<b>-0,00585</b>	<b>0,00234</b>	<b>0,02329</b>	<b>0,00747</b>	<b>0,01637</b>	<b>0,02072</b>	<b>0,02401</b>	<b>0,02366</b>	<b>0,03707</b>	<b>0,04824</b>	<b>0,06080</b>	<b>0,06962</b>	<b>0,03352</b>	<b>0,03729</b>	<b>0,03948</b>	<b>0,04188</b>	<b>0,04600</b>	<b>0,04626</b>	<b>0,03779</b>	<b>0,04274</b>	<b>0,02244</b>	<b>0,02293</b>

Fonte: Elaboração do autor.

Bice de Var Setor	Setor L		Setor M		Setor N		Setor O		Setor P		Setor Q		Setor R		Setor S		Sede	Não Sede	Total Nacional	
	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede	Sede	Não Sede				
1ª Sem 2007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2ª Sem 2007	-0,00894	-0,11431	0,05558	0,05170	0,05788	0,08555	0,23395	-0,54273	-0,20179	-0,18873	-0,01588	0,04228	-0,14806	-0,05628	-0,07840	-0,10931	0,03079	0,03737	0,00373	
1ª Sem 2008	-0,23732	-0,28020	0,30151	0,28013	0,09679	0,12128	-0,08002	0,98158	0,55543	0,80581	0,18524	0,03133	-0,05328	-0,06095	0,19081	0,19884	0,14831	0,13333	0,15404	
2ª Sem 2008	0,02707	0,04777	0,08839	0,14134	0,08275	0,08884	0,09105	-0,18864	-0,09618	-0,11495	0,02813	0,02907	0,03877	-0,00819	0,00929	0,00843	0,06254	0,07356	0,03670	
1ª Sem 2009	-0,08370	0,11708	-0,07409	-0,00833	-0,10967	-0,00974	-0,11416	0,29614	0,12975	0,15794	-0,02099	0,05353	-0,06780	0,04913	-0,03459	0,09883	-0,10837	-0,02880	-0,04130	
2ª Sem 2009	0,08273	0,01411	0,13125	-0,02413	0,08880	0,02122	0,03185	-0,23633	-0,09038	-0,15709	0,07817	-0,02879	0,08343	-0,02879	0,03031	-0,02299	0,11739	0,04477	0,01796	
1ª Sem 2010	0,24859	0,11975	0,13036	0,22039	0,10092	0,01303	0,49705	0,09430	0,26009	0,32543	0,12431	0,24894	0,09189	0,20296	0,17337	0,04174	0,12641	0,10351	0,13688	
2ª Sem 2010	0,00248	0,07411	0,03905	0,06464	0,05458	0,07919	-0,28800	-0,29985	-0,08520	-0,11407	0,00357	-0,00558	-0,02991	-0,04173	-0,02620	-0,03179	0,03697	0,08808	0,01590	
1ª Sem 2011	0,15079	0,05783	0,09781	0,27534	0,13387	0,10880	-0,02567	0,88946	0,23511	0,21193	0,15583	0,07805	0,16833	0,08846	0,12201	0,19181	0,09481	0,08803	0,09957	
2ª Sem 2011	-0,04849	0,07480	0,05786	-0,02212	-0,03306	0,05741	-0,09038	-0,28146	-0,11731	-0,15152	-0,04788	-0,01376	-0,03572	0,03544	-0,05250	-0,10333	-0,02011	0,00754	-0,03183	
1ª Sem 2012	0,13077	0,14174	-0,02463	-0,02892	0,03785	0,03093	0,88231	-0,14468	0,23728	0,24548	0,12835	0,10782	0,10954	0,08351	0,04801	0,05502	0,04420	0,03279	0,05027	
2ª Sem 2012	0,01750	0,05857	-0,07485	0,02113	-0,04731	0,01814	-0,12878	0,20509	-0,14829	-0,15484	-0,02475	0,04081	-0,02041	-0,01011	-0,08468	-0,07389	-0,03896	-0,02234	-0,04307	
1ª Sem 2013	0,06121	0,23816	0,09893	0,12073	0,08234	0,12882	0,05113	0,33073	0,23210	0,29397	0,15572	0,11480	0,12894	0,13281	0,05946	0,09180	0,08971	0,06407	0,08688	
2ª Sem 2013	-0,00155	-0,04724	-0,04239	-0,07286	-0,05836	-0,05932	-0,18335	0,01724	-0,13599	-0,15711	-0,04131	-0,02276	-0,02807	-0,04934	-0,11757	-0,08298	-0,05492	-0,03575	-0,06385	
1ª Sem 2014	0,02138	0,27097	-0,06522	0,08739	-0,02379	0,08812	-0,10762	0,08288	0,15041	0,28528	0,04474	0,07235	-0,03182	0,13422	-0,01948	0,14154	-0,03894	0,04587	0,08935	
2ª Sem 2014	0,02879	-0,03941	0,02134	-0,01851	-0,00099	-0,03474	0,11283	-0,06781	-0,03788	-0,18571	0,03730	0,00501	0,03841	0,00314	0,06307	-0,03982	0,03798	-0,01190	-0,08538	
Agregado (Soma)	0,39131	0,73355	0,71889	1,09013	0,44108	0,68754	0,68388	0,97613	0,88718	0,94199	0,76655	0,75109	0,24228	0,47406	0,28071	0,38191	0,50782	0,60192	0,42564	
Média	0,02609	0,04890	0,04793	0,07268	0,02961	0,04650	0,04559	0,06041	0,05915	0,06280	0,05110	0,05007	0,01615	0,03161	0,01871	0,02546	0,03385	0,04013	0,02838	

Fonte: Elaboração do autor.

## ANEXO 1

### Taxa de Desemprego - IPEADATA

Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas ativas no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea a partir dos microdados da Pnad.

